



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



LUCAS COSTA ANDRÉ

**Conexões e Interações entre o Cinema Novo de Glauber Rocha
e a Geografia da Fome de Josué de Castro e o
Subdesenvolvimento Brasileiro**

Campinas – SP

Inverno – 2021

LUCAS COSTA ANDRÉ

**Conexões e Interações entre o Cinema Novo de Glauber Rocha
e a Geografia da Fome de Josué de Castro e o
Subdesenvolvimento Brasileiro**

Monografia apresentada como Trabalho de
Conclusão de Curso ao Instituto de
Geociências para a obtenção do título de
Bacharel em Geografia sob a orientação do
Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte.

Campinas – SP

Inverno – 2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

An25c André, Lucas Costa, 1996-
Conexões e interações entre o Cinema Novo de Glauber Rocha e a Geografia da Fome de Josué de Castro e o Subdesenvolvimento Brasileiro / Lucas Costa André. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Antonio Carlos Vitte.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Rocha, Glauber, 1939-1981. 2. Castro, Josué de, 1908-1973. Geografia da Fome. 3. Cinema Novo. 4. Brasil – Fome. I. Vitte, Antonio Carlos, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Connections and interactions between Glauber Rocha's New Cinema and Josué de Castro's Geography of Hunger and Brazilian Underdevelopment

Palavras-chave em inglês:

Rocha, Glauber, 1939-1981

Castro, Josué de, 1908-1973. Geography of hunger

New Cinema

Brazil – Famines

Área de concentração: Geografia Humana

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Antonio Carlos Vitte [Orientador]

Joyce Oliveira Leitão

Sandra Freitas Santos

Data de entrega do trabalho definitivo: 06-08-2021

LUCAS COSTA ANDRÉ

**Conexões e Interações entre o Cinema Novo de Glauber Rocha
e a Geografia da Fome de Josué de Castro e o
Subdesenvolvimento Brasileiro**

COMISSÃO EXAMINADORA

MSc. Joyce Oliveira Leitão
Departamento de Geografia/IG

MSc. Sandra Freitas Santos
Departamento de Geografia/IG

Prof. Dr. Antonio Carlos Vitte
Departamento de Geografia/IG

Campinas, 06 de agosto 2021.

Com todo amor que houver nessa vida,
dedico este trabalho à minha mãe, Rosemeiry.

AGRADECIMENTOS

Ao meu nobre orientador, professor Antonio Carlos Vitte, pela contribuição ao meu amadurecimento intelectual e acadêmico através da oportunidade de encarar tamanho desafio sob sua orientação.

À querida professora Ana Silvia Volpi Scott, por sua extrema generosidade no início de minha graduação. Quem me abriu as portas para experimentar a pesquisa acadêmica pela primeira vez e com quem descobri meu gosto pela pesquisa.

Agradeço imensamente minha mãe, Rosemeiry, por todo apoio, amor e dedicação. Quem me ensinou o valor dos estudos desde muito cedo. Quem me incentivou a apostar nos estudos enquanto forma de transformação pessoal e social. Por ser a pessoa que mais acredita em mim. E sempre, através de muito trabalho, ter proporcionado a mim e às minhas irmãs as condições necessárias para que pudéssemos ter focado nos estudos. A pessoa mais determinada que conheço. Meu maior orgulho na vida. A quem sou eternamente grato!

Às minhas irmãs, Sara e Thalyta, por todo apoio e carinho. Grandes incentivadoras que sonham os meus sonhos junto a mim.

Ao meu companheiro Gustavo por toda paciência, amor e companheirismo durante toda essa longa jornada. Meu maior apoio. Quem esteve mais presente mesmo distante.

À minha melhor amiga, Thais Hayashi, por ter trilhado ao meu lado todos esses anos de graduação e ter sido a melhor companhia. Estudar geografia não teria sido a mesma coisa sem você.

A todos os funcionários que fazem o Instituto de Geociências – o pessoal da limpeza, dos reparos, da biblioteca Conrado Paschoale, do setor de informática e da secretaria de graduação, em especial a dupla Jô e Josi.

Agradeço também a própria Unicamp, pois sem seu programa de bonificação a estudantes oriundos de escolas públicas no vestibular, nada disso teria sido possível.

“Arte é símbolo, metáfora. Arte é a dimensão do sonho, é a dimensão anárquica da matéria onírica.”

Glauber Rocha

"Não há fronteiras entre as disciplinas que o homem emprega para compreender e para amar. Elas se interpenetram e a mesma angústia as confunde".

Albert Camus

ANDRE, Lucas Costa. Conexões e Interações entre o Cinema Novo de Glauber Rocha e a Geografia da Fome de Josué de Castro e o Subdesenvolvimento Brasileiro. 73p. Monografia (Bacharel em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa buscou esboçar possíveis conexões e interações entre dois campos distintos do conhecimento que usualmente não se conectam, a Arte e a Ciência, mais precisamente o Cinema e a Geografia, através de intelectuais de destaque em cada um deles: Glauber Rocha, o maior expoente e precursor do movimento cinematográfico de vanguarda Cinema Novo, e Josué de Castro, médico sanitário e autor de uma das maiores obras primas do campo da geografia brasileira, “Geografia da Fome”. Tais escolhas têm sua razão no fato de que ambos pensadores tiveram a fome, maior expressão do fenômeno do subdesenvolvimento, como foco de suas produções. Dessa forma, nos valem de um articulação teórico-qualitativa, com caráter de experimento, entre os discursos, interpretações e representações acerca do subdesenvolvimento e da fome brasileira, pano de fundo da pesquisa, no Cinema Novo e na obra “Geografia da Fome”, produções correlacionadas no tempo e imbricadas na política, na cultura e nos aspectos sociais do período em foco. Algumas questões que moveram esta investigação foram: “quais as potencialidades do cinema para a geografia?”, “qual o papel do cinema num país subdesenvolvido?”, “qual foi o papel do Cinema Novo na denúncia da fome?” e “quais suas relações com a obra ‘Geografia da Fome’?”.

Palavras-chave: Rocha, Glauber, 1939-1981; Castro, Josué, 1908-1973. Geografia da Fome; Cinema Novo; Brasil – Fome.

ANDRE, Lucas Costa. Connections and Interactions between Glauber Rocha's New Cinema and Josué de Castro's Geography of Hunger and Brazilian Underdevelopment. 73p. Monograph (Bachelor of Geography) – Department of Geography, State University of Campinas, Campinas, 2021.

ABSTRACT

This research sought to outline possible connections and interactions between two distinct fields of knowledge that usually do not connect, Art and Science, more precisely Cinema and Geography, through prominent intellectuals in each of them: Glauber Rocha, the greatest exponent and forerunner of the avant-garde cinematographic movement New Cinema, and Josué de Castro, sanitary doctor and author of one of the greatest masterpieces in the field of Brazilian geography, "Geography of Hunger". Such choices are justified by the fact that both thinkers had hunger, the greatest expression of the phenomenon of underdevelopment, as the focus of their productions. Thus, we make use of a theoretical-qualitative articulation, with an experimental character, between the discourses, interpretations and representations about underdevelopment and Brazilian hunger, the research background, in the New Cinema and in the work "Geography of Hunger", productions correlated in time and imbricated in politics, culture and social aspects of the period in question. Some questions that moved this investigation were: "what is the potential of cinema for geography?", "what is the role of cinema in an underdeveloped country?", "what was the role of the New Cinema in denouncing hunger?" and "what are its relations with the work 'Geography of Hunger'?".

Key-words: Rocha, Glauber, 1939-1981; Castro, Josué, 1908-1973. Geography of Hunger; New Cinema; Brazil - Famines.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. As cinco áreas alimentares do Brasil.....25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. As Sete Artes por Ricciotto Canudo.....44

LISTA DE ABREVIATURAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CPC – Centro Popular de Cultura

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	12
I. Da Geografia do Subdesenvolvimento à Geografia da Fome Brasileira	
I.I. As definições de Subdesenvolvimento.....	16
I.II. A Geografia da Fome Brasileira.....	24
I.III. Um breve panorama regional do imediato pós-guerra.....	32
<i>Europa</i>	34
<i>América Latina</i>	36
<i>Brasil</i>	40
II. Da Era da “Indústria Cultural” ao Cinema Novo Brasileiro	
II.I. Reprodutibilidade técnica da arte, o nascimento do cinema.....	45
II.II. Imagens e suas Geografias, a potência do Cinema.....	51
II.III. Panorama do Cinema Novo Brasileiro.....	55
III. O Cinema Novo de Glauber Rocha e a Geografia da Fome de Josué de Castro, um diálogo no Subdesenvolvimento.....	63
Considerações Finais.....	68
Referências.....	70

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou esboçar possíveis conexões e interações entre dois campos distintos do conhecimento que usualmente não se conectam, a Arte e a Ciência, mais precisamente o Cinema e a Geografia, através de intelectuais de destaque em cada um deles: Glauber Rocha, o maior expoente e precursor do movimento cinematográfico de vanguarda Cinema Novo, e Josué de Castro, médico sanitário e autor de uma das maiores obras primas do campo da geografia brasileira, “Geografia da Fome”. Tais escolhas têm sua razão no fato de que ambos pensadores tiveram a fome, maior expressão do fenômeno do subdesenvolvimento, como foco de suas produções.

No que diz respeito ao cinema, acreditamos que o movimento intelectual, cultural, político e genuinamente brasileiro liderado por Glauber Rocha tem muito a dizer do país e de seu contexto, e apresenta um grande dialogismo com estudos do cânone universitário, pois como argumenta Furtado (1985) sobre o cinema: “essa arte mais do que qualquer outra se cola ao seu próprio tempo.” (p. 28).

Além disso, o crítico e cineasta baiano foi um grande pensador que apesar de muitas influências nacionais e estrangeiras, foi muito original ao pensar questões como a relação homem e terra, o que é ser brasileiro, e em suas leituras sobre a miséria do Brasil. Além de ter denunciado abertamente o imperialismo estadunidense e a ditadura militar brasileira. Tudo isso por meio da potência das imagens em movimento.

Outrossim, o Cinema Novo em si caracteriza-se como um instrumento de análise praticamente inédito na ciência geográfica, apesar do audiovisual e da cinematografia serem instrumentos de análise já familiares nesse campo do conhecimento, especialmente nas Geografias Culturais e Humanistas.

De acordo com Fioravante (2018), o cinema vem ganhando relevo na geografia principalmente a partir dos anos 80, e dentre as diversas abordagens possíveis da cinematografia pela ciência geográfica, existem quatro tradições mais frequentes. A primeira, e mais antiga, toma o cinema enquanto instrumental

para o ensino de geografia. A segunda tem suas preocupações centrais para com as dinâmicas espaciais e econômicas da indústria cinematográfica, muito influenciada pelas reflexões da Escola de Frankfurt acerca da indústria cultural. Uma outra abordagem frequente é concentrar-se no binômio cinema e geopolítica, investigando ideologias políticas, o papel dos Estados, e a legitimação da concepção de Nação. Por fim, uma quarta abordagem usual é considerar os aspectos simbólicos e subjetivos, influência da Nova Geografia Cultural, discutindo temas como representação das cidades, gênero e identidade cultural.

Importante destacar também que cada uma dessas abordagens tem suas especificidades e pontos em comum, trabalhando com conceitos e categorias geográficas de diferentes formas, proporcionando novas noções à disciplina, ampliando seus limites e refinando sua epistemologia, pois como afirma Fioravante (2018): “quando o conceito dialoga com os filmes sua materialidade ganha centralidade inquestionável a partir dos processos técnicos do Cinema.” (p. 282). Assim, consideramos que o campo cinematográfico é transversal, converge diversas ciências e saberes, articulando diversos conceitos plurais, sendo o Cinema Novo um movimento que confere uma complexificação à temática da fome, em particular, e à geografia, no geral, com suas leituras e interpretações do território.

Dentre essas tradições de pesquisa com cinema na geografia, este estudo pretendeu trabalhar com os aspectos simbólicos do cinema, mais precisamente o simbolismo do Cinema Novo em meio ao contexto em que surgiu e as teses que criou quanto à fome e ao subdesenvolvimento brasileiro, fenômenos centrais também nas produções de Josué de Castro, que se utilizou do método geográfico como ferramenta de análise.

No que diz respeito à geografia, damos destaque ao pernambucano Josué de Castro, médico sanitário e pioneiro da nutrição no Brasil, referência mundial no estudo da fome e que foi um grande intelectual que defendeu o método geográfico enquanto o único método científico que poderia analisar a fome em suas múltiplas facetas, devido ao aspecto holístico da ciência geográfica.

Dessa forma, nos valem de uma articulação teórico-qualitativa, com caráter de experimento, entre os discursos, interpretações e representações acerca do subdesenvolvimento e da fome brasileira, pano de fundo da pesquisa, no Cinema Novo e na obra “Geografia da Fome”, produções correlacionadas no tempo e imbricadas na política, na cultura e nos aspectos sociais do período em foco. Algumas questões que moveram esta investigação foram: “quais as potencialidades do cinema para a geografia?”, “qual o papel do cinema num país subdesenvolvido?”, “qual foi o papel do Cinema Novo na denúncia da fome?” e “quais suas relações com a obra ‘Geografia da Fome’?”.

O primeiro capítulo trata das definições de subdesenvolvimento que se destacaram no debate público internacional, tendo como base a obra “Geografia do Subdesenvolvimento” do geógrafo francês Yves Lacoste. Essa tentativa de exibir um panorama acerca do fenômeno do subdesenvolvimento advém do fato de que ele possui diversas definições e parâmetros a depender da área e dos autores.

Em seguida tratamos da magistral obra “Geografia da Fome” de Josué de Castro, um clássico na geografia brasileira e mundial. A partir dessa apresentação, discutimos o subdesenvolvimento brasileiro em específico por meio da “questão nordeste”, que surge da diferenciação regional do território brasileiro causada pela realidade econômica e pelas políticas de desenvolvimento aplicadas historicamente em cada região. Além disso, destaca-se que o “atraso brasileiro” é produto de questões internas e políticas internacionais, uma vez que tal situação é sobretudo vinculada às condições econômicas de outras partes do mundo, isto é, também determinada “de fora”.

Sabe-se que ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a modernização econômica do Brasil influenciou o processo de regionalização e integração do país, visto os investimentos em infraestrutura e redes técnicas, criação de planos de desenvolvimento, a construção da nova capital federal, Brasília, em 1960, entre outras ações. Contudo, houve a concentração desses recursos nos estados do Centro-Sul, que provocaram desigualdades flagrantes entre as regiões até os dias de hoje.

Ademais, faz-se importante salientar que esse conjunto de transformações permitiu a passagem de uma situação essencialmente agrícola e rural para uma situação urbana no país, advinda de um grande resplendor do capitalismo mundial no início do século, sinalizado em profundas mudanças no modo de produção e reprodução da vida nos espaços ao redor do mundo através do processo de industrialização.

Sob esse contexto encerramos o primeiro capítulo apresentando um breve panorama regional do imediato pós-guerra, onde tratamos do contexto europeu, latino-americano e brasileiro à luz dessa nova fase de desenvolvimento do capitalismo, caracterizada pelo modo de vida urbano aliado à industrialização, que transformam os espaços em espaços produtivos, adaptados à necessidade da produção, da venda e distribuição da produção industrial em grande escala. Dado o caráter urbano da produção industrial, as cidades se tornaram sua base territorial, já que nelas se concentram capital e força de trabalho. (SPOSITO, 1988). Devido à esta lógica, as cidades no capitalismo expressam, de forma nítida, as desigualdades socioespaciais, o que é muito comum em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

No segundo capítulo são privilegiados os aspectos culturais do período. Vemos que a indústria passa a invadir novos âmbitos e a se pautar mais pelo consumo que pela posse dos recursos naturais como anteriormente. Essa discussão abre caminho para a tese de Walter Benjamin sobre a mudança epistemológica na arte, uma vez que o pós-guerra é marcado pela crise da imagem e pela quebra do esquema sensório-motor devido à inflação das imagens e das produções artísticas com o advento da chamada “indústria cultural”. No bojo dessas questões discutimos o nascimento do cinema, arte moderna e urbana por excelência. Além dos diversos sentidos e usos que são dados a essa arte.

Na sequência apresentamos uma breve discussão acerca da cultura visual e das imagens e suas potencialidades para a geografia, ponto no qual será visto como as imagens legitimam a si mesmas como obras que dizem do real. Por meio das interpretações de Roberto Machado e de Wenceslao Machado de Oliveira Jr. sobre o pensamento de Deleuze no que diz respeito à cinematografia, evidenciamos as características específicas do cinema moderno em relação ao

cinema clássico e quais suas relações com as produções do Cinema Novo. Para Deleuze, o cinema moderno é um cinema de vidência, isto é, que passa uma ideia, um pensamento, por meio das imagens em movimento.

Posteriormente apresentamos um panorama do Cinema Novo, iniciando com uma breve história do cinema brasileiro e seus percalços no subdesenvolvimento, através das análises críticas de Paulo Emílio Salles Gomes. Assim, pode-se notar as trajetórias que foram feitas até se chegar ao movimento cinematográfico mais importante da história brasileira, além de suas ideias, integrantes, fases e relações com o contexto nacional e internacional da época.

Por último realizamos um diálogo entre as possíveis conexões e interações do Cinema Novo de Glauber Rocha e a Geografia da Fome de Josué de Castro, tentando tecer toda a discussão apresentada ao longo da pesquisa, tendo por base a categoria fome e o fenômeno do subdesenvolvimento.

I. DA GEOGRAFIA DO SUBDESENVOLVIMENTO À GEOGRAFIA DA FOME BRASILEIRA

I.1. AS DEFINIÇÕES DE SUBDESENVOLVIMENTO

O século XX foi marcado por enormes desastres ambientais e sociais, assentados em um modo de pensar e ver o mundo radicalmente racional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial emerge a questão dos países subdesenvolvidos. Este período conhecido como *pós-guerra* é sublinhado por grandes mudanças não somente nos campos político e econômico, mas também no domínio das ideias no mundo ocidental. Como adverte Lacoste (1978), as concepções de mundo que dividiam a humanidade em cristãos e pagãos, depois em “civilizados” e “selvagens” foram sobrepostas pela realidade que se colocava após a guerra: um ínfimo número de países ricos rodeados por inúmeros países pobres.

Para Lacoste (1978, p. 15),

“A fome é sem dúvida tão velha quanto o gênero humano, mas sua ‘descoberta’, seu reconhecimento oficial no fim da guerra foram consequências de profundas transformações políticas (...) admitir que as populações colonizadas estavam na miséria era, numa certa medida, reconhecer o fracasso desta famosa missão civilizadora, álibi ideológico da colonização.”

O surgimento do termo subdesenvolvimento é contemporâneo à “descoberta” da fome, mencionada pelo autor, e do excepcional aumento populacional a partir do século XX, dois fenômenos os quais compunham, para ele, duas das maiores descobertas das ciências humanas na contemporaneidade e aspectos fundamentais para definir o subdesenvolvimento.

A obra “Geografia do Subdesenvolvimento”, de 1966, do geógrafo francês Yves Lacoste, é considerada como uma introdução à geografia dos países subdesenvolvidos do pós-guerra. Caracteriza-se como uma das primeiras propostas de uma nova geografia, conhecida mais tarde como “Geografia Ativa”¹, que chega ao Brasil. Ela reúne e analisa os aspectos comuns fundamentais dos Estados que constituíam o chamado *Terceiro Mundo*², propondo-se assim à uma definição objetiva do conceito de subdesenvolvimento e suas causas profundas, fenômeno o qual se manifestava na maior parte do mundo e se colocava como o problema essencial do período em questão.

Nas palavras de outro geógrafo francês, Pierre George (1902-2005), um dos primeiros estudiosos da geografia a abordar o tema em discussão, mudando a teoria da organização geográfica do espaço mundial da divisão clássica em continentes para uma divisão com base nos sistemas econômico-sociais (capitalista/socialista e desenvolvido/subdesenvolvido), e quem escreveu a introdução da obra de Lacoste supracitada:

¹ Nos anos 1960 este conjunto de novas ideias é sistematizado por Pierre George, junto a Yves Lacoste, Bernard Kayser e René Guglielmo no livro “A Geografia Ativa”, de 1964, título que dará nome ao movimento. (MOREIRA, 2009).

² Expressão criada por A. Sauvy, à imitação do *Terceiro Estado* de 1789. (LACOSTE, 1978).

“O subdesenvolvimento é, no mundo de hoje (referindo-se à época), um fenômeno geográfico e, como todos os fenômenos geográficos, é infinitamente matizado, segundo o jogo respectivo dos diversos fatores, que são, neste caso, sobretudo os freios ao desenvolvimento. É preciso conhecê-los para compreender no seu conjunto situações e problemas de países que cobrem dois terços do mundo, e que interessam a três quartas partes da população terrestre.” (LACOSTE, 1978, p. 5).

E no que diz respeito ao papel da geografia e do(a) geógrafo(a) nessa empreitada, ele diz: “Geografia do subdesenvolvimento e não economia ou sociologia porque sua abordagem é a do geógrafo através das situações, das relações de forças que condicionam em cada meio e em cada momento da história a vida e o destino de um povo.” (Ibidem, p. 5).

Um denunciante da questão do subdesenvolvimento no Brasil foi o economista paraibano Celso Furtado (1920-2004). Uma de suas obras seminais, “Formação econômica do Brasil”, de 1958, analisa os vários “ciclos” econômicos, do açúcar ao início da indústria, para identificar o cerne do subdesenvolvimento brasileiro, tema que é aprofundado em grande parte de suas obras que sucedem, das quais chega à máxima de que: “(...) o subdesenvolvimento não era etapa natural de um processo, mas uma realidade perene, derivada da inserção do Brasil e países semelhantes, exportadores de insumos, na economia mundial – a dinâmica ‘centro-periferia’.” (IHU, 2020).

Consoante Furtado (1985), o paradigma do subdesenvolvimento era um dos fenômenos mais relevantes à época e se cristalizou nos anos 1950, causando perplexidades ao mesmo tempo em que abria um novo caminho de pesquisa em diversos campos do conhecimento.

Para Furtado (1985), corroborando o ponto de vista de Lacoste (1978), foram os economistas no quadro da economia clássica os primeiros a abordar o subdesenvolvimento. Todavia, com o passar dos anos, uma gama de especialistas de diferentes campos do conhecimento ofereceu outras proposições, uma vez que o fenômeno não era restrito aos aspectos econômicos e quantitativos. Devido a este fato, os autores defendem que as pesquisas que abordam o subdesenvolvimento devam ser interdisciplinares.

Naturalmente, primeiro tomou-se consciência da concretude do fenômeno do subdesenvolvimento, antes que fosse formulado enquanto conceito. De acordo com Lacoste (1978), havia uma literatura em excesso a respeito dos problemas do subdesenvolvimento, mas que não articulava uma definição objetiva que chegasse a um acordo sobre a definição comum e satisfatória do fenômeno. Pelo contrário, eram definições abstratas e concebidas *a priori*. Por esta razão, ele faz um levantamento das inúmeras definições que existiam no período em foco para em seguida dar sua própria contribuição, levando em conta os fatos concretos observados nos países subdesenvolvidos.

Conforme Lacoste (1978), a expressão subdesenvolvimento sempre foi vista sob diferentes prismas, um exemplo disso era seu uso para meramente designar a inferioridade relativa de um país. Uma proposta que dependia dos critérios usados, tornando-a essencialmente arbitrária e relativa. Outro exemplo de arbitrariedade foi o uso do termo enquanto denúncia dos países que não exploravam suficientemente seus recursos naturais e humanos, o que não se sustentou, uma vez que os países desenvolvidos inclusive não utilizavam a totalidade de seus recursos. Houve até mesmo uma abordagem matemática complexa formada por 31 índices, de autoria de Brian J. L. Berry, para definir o subdesenvolvimento.

Por um lado, certos estudiosos diziam que o subdesenvolvimento era contemporâneo ao capitalismo e persistia devido ao atraso das relações de produção, o que não é verdade, visto que o capitalismo surge muito anteriormente na história e uma vez que nem todo atraso das relações de produção leva ao aparecimento do subdesenvolvimento. Por outro, haviam autores que propunham uma definição estrutural de subdesenvolvimento, em sua maioria sociólogos, como G. Balandier. Eles destacavam um caráter relacional do fenômeno, que correspondia a uma sociedade dualista. (LACOSTE, 1978). Dessa forma, o subdesenvolvimento teria surgido do encontro entre diferentes sociedades desde o período colonial, mas de modo determinista e não apenas condicionante.

Segundo Lacoste (1978), no campo da economia também fora fornecida uma definição estrutural, que neste caso correspondia a um dualismo econômico que, tal qual a definição sociológica, advindo da colonização, marco histórico que

é muito anterior ao surgimento do subdesenvolvimento. Por isso, para o autor, tais profissionais pecam pelo excesso ao toma-lo como objeto de análise do subdesenvolvimento, pois atingem outros fenômenos para além do subdesenvolvimento.

Para alguns estudiosos, como J. Marchall e W. Rostow, o subdesenvolvimento era um mero atraso econômico que tinha como base a evolução histórica dos países intensamente industrializados. Assim como para A. Piatier e J. Lebret, que pensavam o subdesenvolvimento enquanto um fenômeno extremamente antigo e sinônimo de situação pré-industrial. Porém, S. Kuznets já apontava algumas diferenças claras entre os países subdesenvolvidos e o passado pré-industrial dos países desenvolvidos, sublinhando as bases eminentemente modernas de alguns fatores fundamentais do subdesenvolvimento. (LACOSTE, 1978). Ademais, no Brasil, o economista Celso Furtado sustentava que o subdesenvolvimento configurava um quadro histórico qualitativamente distinto do desenvolvimento, pois não se tratava de uma fase, uma vez que possuía especificidade devido ao contexto histórico e socioeconômico do qual derivava. (FURTADO, 1985).

Para outros estudiosos, o termo subdesenvolvimento era simplesmente um outro modo de denominar a exploração colonial e, além disso, era considerado como uma tática da ideologia burguesa de disfarçar o verdadeiro sentido do fenômeno. Nessa linha de pensamento é que A. Toynbee cunha a expressão “Nações Proletárias” e P. Moussa a populariza para se referir ao conjunto dos países subdesenvolvidos. No entanto, esta expressão conduz a considerar uma sociedade sem classes e esconde a realidade complexa desses países, formada por explorados e exploradores. (LACOSTE, 1978).

Conforme relata Lacoste (1978), o termo “Terceiro Mundo”, usado anteriormente ao de subdesenvolvimento, não possuía esse inconveniente, contudo, ficou marcado por definições bastante controversas. Alguns o consideravam como uma espécie de terceira força “neutralista”, que não fazia parte dos países desenvolvidos capitalistas ou dos países desenvolvidos socialistas. No entanto, o Terceiro Mundo não constituía um bloco político e tampouco caracterizava-se por alinhamento da política externa ou diplomática.

Mais tarde, porém, essa concepção passou a considerar apenas os Estados nascentes da recente descolonização.

Apesar disso, o autor defende o uso do termo e o considera apropriado até certo ponto para designar o conjunto dos países subdesenvolvidos: “A noção do Terceiro Mundo é, pois, particularmente satisfatória e rica de sentido, apesar de não levar em conta a ‘explosão demográfica’. Exprime de uma forma completa e bastante sugestiva várias noções diferentes combinadas entre si”. (LACOSTE, p. 21).

Por fim, à luz dessas inúmeras definições e com base em Lacoste (1978), podemos findar a análise histórica das definições de subdesenvolvimento salientando que tais definições apresentadas possuem características comuns, levam em conta apenas uma parte dos fatores do subdesenvolvimento e negligenciam outros primordiais, como os fatores recentes, além de serem definições que não se aplicam apenas ao subdesenvolvimento, englobam situações muito mais antigas e diferentes.

No que concerne a geografia, o autor é enfático em dizer que a contribuição dessa ciência para o estudo do subdesenvolvimento era ainda muito restrita e aquém do que poderia ser. De qualquer modo, o fenômeno do subdesenvolvimento diz respeito à geografia pela necessidade de uma abordagem complexa de sua realidade no tempo e no espaço, e ao(a) geógrafo(a), por ser o(a) profissional inerentemente adequado(a) para essa incumbência.

“É certo, como vários exemplos já o provam, que a contribuição da geografia, frutífera no nível da análise dos fenômenos de subdesenvolvimento vistos na sua generalidade, em escala planetária, será ainda mais útil no quadro dos estudos mais precisos e menos extensos espacialmente.” (Ibidem, p. 11).

Deste modo, pode-se notar indiretamente neste fragmento a importância de estudos como os realizados pioneiramente, décadas antes, por Josué de Castro no Brasil, o qual denunciou um dos principais e mais duradouros fatores do subdesenvolvimento, a fome. Para o geógrafo brasileiro, o

“subdesenvolvimento é (...) desnível econômico, é disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço socio-geográfico de uma Nação”. (CASTRO, 1984, p. 286).

Lacoste parte da máxima de que a distinção entre desenvolvimento e subdesenvolvimento seria a “linha de clivagem essencial que divide a humanidade”³, e a partir daí decorreriam outras distinções, como países capitalistas/socialistas, que não deixariam de estar subordinadas à distinção primeira. Por isso também destaca que “no seio do Terceiro Mundo, entre países socialistas e capitalistas, as diferenças, por notáveis que possam ser, não são ainda muito nítidas. A oposição entre o socialismo e o capitalismo só é atualmente bem distinta no quadro dos países desenvolvidos”. (LACOSTE, 1978, p. 164).

À procura de uma definição objetiva e satisfatória para o fenômeno do subdesenvolvimento, o autor elenca uma combinação de fatores de naturezas distintas, uma vez que são fatores sociológicos, outros demográficos ou econômicos, e de temporalidades distintas, pois alguns são muito antigos e outros mais recentes, além de serem de escalas distintas, visto que alguns são internos e outros externos aos países subdesenvolvidos. Dessa maneira, busca uma definição que combine de forma progressiva e rigorosa todos esses fatores encontrados no conjunto heteróclito dos países subdesenvolvidos.

A partir de um evidente alto grau de generalização, os caracteres apontados pelo autor como fundamentais ao subdesenvolvimento são:

- 1) Insuficiência alimentar;
- 2) Recursos negligenciados ou desperdiçados;
- 3) Grande número de agricultores de baixa produtividade;
- 4) Industrialização restrita e incompleta;
- 5) Hipertrofia e parasitismo do setor terciário;
- 6) Situação de subordinação econômica;
- 7) Extremas desigualdades sociais entre as classes;
- 8) Estruturas tradicionais desarticuladas;

³ LACOSTE, 1978, p. 22

- 9) Amplitude do subemprego e do trabalho dos menores;
- 10) Baixa integração nacional;
- 11) Graves deficiências das populações;
- 12) Aumento do crescimento demográfico;
- 13) Lento crescimento dos recursos de que dispõem efetivamente as populações;
- 14) Tomada de consciência em plena evolução.

Contudo, o autor pontua, criticamente, que esses quatorze caracteres variam de acordo com a realidade de cada país subdesenvolvido no decorrer dos anos, isto é, alguns são mais ou menos acentuados ou até mesmo ausentes segundo o país e intervalo de tempo observados, além de que existem fatores particulares ou secundários que derivam dos fatores gerais. Portanto, trata-se de uma combinação complexa e inerentemente evolutiva desses fatores elencados como fundamentais, que ultrapassa o aspecto puramente econômico devido ao fato de perpassar a totalidade das atividades humanas e a maior parte do globo terrestre, como pode ser observado a seguir:

“O subdesenvolvimento é com efeito um fenômeno global, uma situação eminentemente complexa; em cada território ele se manifesta por uma imbricação dos sintomas econômicos, sociológicos e demográficos e procede de uma combinação de fatores imbricados uns nos outros; sua natureza é muito diversa: a herança econômica, social e política de um longo passado e de transformações recentes combina-se às consequências dos dados físicos de base (grandes traços de relevo, clima) e dos dados do meio natural transformado pelos homens (solo, vegetação). A combinação realizada desta maneira não é estática, mas evolui sob o efeito de um jogo de forças complexas. Se, nestas linhas gerais, a situação de subdesenvolvimento é encontrada numa grande parte do globo, existem, contudo, notáveis diferenças segundo os países.” (LACOSTE, 1978, p. 9).

Ao tratar da questão de método, Lacoste (1978) propõe um certo empirismo, uma ação de “tatear” os diversos casos concretos necessários para se esboçar linhas gerais de combinação dos fatores que formam o fenômeno do subdesenvolvimento. Além de evidenciar que sua obra é orientada para uma análise mais geral, que se detém no caráter sintetizado da questão, mais na

investigação das interações entre os fatores do que em uma análise aprofundada de cada fator específico ou da realidade interna de cada país. Dessa forma, defende que seria preciso o estudo do subdesenvolvimento em escalas locais e regionais para a análise das diferentes políticas de desenvolvimento aplicadas em cada um desses espaços mais restritos.

“O todo é coroado pelas situações planetárias: cada uma entre elas resulta de uma combinação de fatores que se tornam cada vez mais localizados, concretos e particulares quanto mais a situação se localiza no nível inferior, domiciliada num quadro espacial limitado. Inversamente, quanto mais a situação caracteriza vastas extensões, tanto mais os fatores que a compõem são gerais e expressos em termos abstratos.” (LACOSTE, 1978, p. 27).

Além do mais, faz-se necessário ressaltar que os caracteres fundamentais elencados por Lacoste fornecem uma descrição razoável, de forma indicativa, dos países subdesenvolvidos. Assim, não podem ocupar o lugar de definição do fenômeno, uma vez que constituem apenas uma generalização dos fatos que oferecem os meios para tal.

I.II. A GEOGRAFIA DA FOME BRASILEIRA

Anos antes do início da Segunda Guerra Mundial a geografia, conhecimento chave para as pretensões de qualquer Estado, havia acabado de institucionalizar-se enquanto ciência no Brasil, apesar de ter estado presente nas escolas como disciplina escolar desde o século anterior. (BRASIL, 1998). Moraes (2000) aponta que a prática desse saber não era monopolizada até então por instituições geográficas, somente na década de 1930 com a institucionalização do campo disciplinar a partir da criação de cursos superiores, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, que este enfoque disperso se bifurca entre uma história das ideias geográficas no país (presente nos discursos do Estado e do Exército) e uma história disciplinar da geografia enquanto ciência.

No território nacional houve muita influência da geografia tradicional da escola francesa nos anos que sucederam a institucionalização desta ciência. Um exemplo disso foi a presença de professores oriundos da França, como Pierre Monbeig e Defontaines, na fundação do curso superior e do departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Essa geografia era marcada pelo positivismo que embasava quase todas as ciências humanas no país, e pela forte tendência de estudos regionais que buscavam explicações objetivas e quantitativas da realidade geográfica, em grande medida devido à preponderância de Paul Vidal de La Blache (1845-1918) à época. (BRASIL, 1998). Toda essa influência advém, talvez, do que Moreira (2009) chama de uma tentativa de reorientação da geografia acadêmica mundial pelos geógrafos franceses, principalmente com Max Sorre (1880-1962), nos anos 1930, que objetivava a reativação do conceito de *gênero de vida* de La Blache.

Um renomado pensador da geografia, médico sanitário de formação, e profundamente crítico da geografia que se fazia no período, foi o pernambucano Josué de Castro (1908-1973). Apesar de grande inspiração em La Blache, Castro produzia uma geografia política e humanista em oposição a uma ciência geográfica asséptica produzida pelos geógrafos brasileiros influenciados pela escola francesa dominante no país. (SILVA, 2016).

Josué de Castro foi o maior estudioso do fenômeno do subdesenvolvimento e de suas decorrências no Brasil, em especial a fome. Em sua obra "Geografia da Fome", de 1946, analisa com originalidade o fenômeno da fome coletiva (endêmica e epidêmica) em sua infinita variedade (em intensidade e extensão), com foco na revalorização do ser humano como entidade concreta e nos problemas humanos sobre os de categoria estritamente econômica. Além de prestar-se enquanto um documentário científico da tragédia, a obra serviu também como valiosa contribuição à reformulação da política econômica de seu tempo.

Para Castro (1984), o método da moderna ciência geográfica permitiria estudar o problema da fome em sua realidade total, sem desconectá-lo de inúmeras outras manifestações⁴:

“(...) pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de La Blache, Griffith Taylor e outros.” (p. 34).

Assim, em sua análise, o autor parte de uma sondagem ecológica da geografia, das correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que ocupam, considerando diversos âmbitos – como o biológico, social, histórico, econômico e os quadros de nutrição. Isso decorre também, em grande medida, de sua visão de que lançar mão do método quantitativo/estatístico por si só não seria adequado para retratar o fenômeno da fome, uma vez que tal método tenderia a homogeneizar os fatos e criar generalizações que escamoteariam as nuances e as incontáveis manifestações do problema.

O estudo revelou que no Brasil havia regiões com fome crônica e outras com subnutrição, as quais pesavam duramente na evolução socioeconômica da população e eram mais produtos de fatores socioculturais, políticos e econômicos do que das condições naturais, visto que a variedade de padrões climático-botânicos, de solos e geomorfológicos, somados à uma grande extensão territorial do país tornavam possível produzir alimentos para todos. (CASTRO, 1984).

Castro (1984) almejava pintar um retrato aproximado de cada área alimentar brasileira em específico e do conjunto nacional, para isso propôs o primeiro mapa da fome do Brasil a partir dos diferentes tipos de dietas que identificou em cada região e de seus recursos típicos e produtos regionais. Deste

⁴ Diante disso nos indagamos: qual era a participação da geografia nessas discussões? E como a geografia e as instituições do Estado tentaram ou não resolver essa questão?

modo, as áreas alimentares que emergiram de seus estudos foram: 1) Amazônica – à época, correspondia aos estados do Amazonas e Pará, parte dos estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, além dos territórios de Amapá e Rio Branco; 2) Nordeste Açucareiro ou Zona da Mata – abrangia todo o litoral nordestino, da Bahia ao Ceará; 3) Sertão Nordestino – correspondia às terras centrais dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; 4) Centro-Oeste – abrangia os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e 5) Extremo Sul – correspondente aos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (VASCONCELOS, 2008). Como mostra o mapa a seguir:

Mapa 1: As cinco áreas alimentares do Brasil



Fonte: (VASCONCELOS, 2008)

Além do mais, é possível notar as dietas básicas de cada uma das áreas. Na área Amazônica a alimentação consistia em grande medida no consumo de farinha de mandioca preparada nas mais diversas formas – devido à influência da cultura indígena predominante na região – feijão, peixe e rapadura, além das sementes, ervas e frutos da flora silvestre e da incipiente agricultura regional. No Nordeste Açucareiro a dieta básica também consistia de farinha de mandioca, além de feijão, aipim e charque, contudo, havia uma grande diversidade de cozinhas regionais advindas da interrelação das culturas indígena, negro africana e portuguesa. O regime alimentar no Sertão Nordestino consistia no consumo de milho (que dava origem a diversos pratos típicos), feijão, carne (gado, carneiro e cabra) e rapadura, além do leite e seus derivados, sendo a dieta com maior influência cultural portuguesa. No Centro-Oeste a dieta básica era composta de milho, feijão, carne e toucinho, além de vegetais como a couve, outras hortaliças e frutas. No Extremo Sul, por sua vez, consistia em arroz, pão, batata e carne. Considerada a região com maior variedade alimentar e mais alto consumo de frutas e verduras. Apresentava também distintas subáreas alimentares devido às migrações. (VASCONCELOS, 2008).

Importante observar que nem todas essas cinco regiões eram áreas de fome. Áreas de fome eram consideradas aquelas em que pelo menos a metade da população apresentasse carências no seu estado de nutrição, fossem permanentes (áreas de fome endêmica), fossem transitórias (áreas de epidemia de fome). As três primeiras regiões eram nitidamente áreas de fome, ao passo que as últimas duas eram áreas de subnutrição, marcadas por hábitos alimentares longe de ideais, mas nas quais a maioria da coletividade não passava fome. A fome era um quadro de exceção e não de quase totalidade como nas demais. (CASTRO, 1984).

Apesar disso, em virtude do conjunto nacional, o autor declara, referindo-se à época, que: “o Brasil é realmente um dos países de fome no mundo atual. Tanto em seus quadros regionais como em seu conjunto unitário, sofre o Brasil as duras consequências dessa condição biológica aviltante de sua raça e de sua organização social.” (Ibidem, p. 279).

Consoante Castro (1984), a fome brasileira era, antes de tudo, consequência de seu passado histórico, de seu modo de produção latifundiário

agrário-feudal iniciado com o elemento colonizador, que expropriou a economia nacional e em sucessivos períodos de exploração destrutiva impediu os processos de criação de riqueza e distribuição da mesma, além de aspectos do meio físico que condicionaram, de forma não determinista, a ação humana a depender de suas características culturais e econômicas. Por consequência, todos estes aspectos influenciaram enormemente na formação histórico-social dos grupos regionais.

Além disso, é salutar ressaltar que, em última análise, este cenário também era produto da inaptidão dos que detinham o poder e de suas políticas econômicas que preconizavam os interesses estrangeiros em detrimento dos interesses nacionais, dirigindo a economia para a exportação de matérias-primas advindas da exploração primária da terra, deixando o país suscetível à exploração de tipo colonial e sem recursos para atender suas necessidades internas. Uma dinâmica mantida pelos grupos oligárquicos interessados na manutenção do *status quo*, em grande medida, por meio do monopólio da violência (CASTRO, 1984; LACOSTE, 1978).

Em decorrência desses fatores, Castro (1984) acentua que o desenvolvimento brasileiro se caracterizava por ser anômalo, setorial e limitado a determinadas áreas mais lucrativas para o capital especulativo, além de ter provocado o abandono do campo e o consequente surto de urbanização que se processava desde os anos finais do século XIX, o que agravou sobremaneira a deficiência alimentar no país. Contudo, o autor não via a urbanização como um mal em si mesma, mas sim como uma fase de transição obrigatória entre a economia agrária e a agroindustrial.

Diante do cenário de urbanização e industrialização recentes havia uma fachada de progresso, que no fundo mascarava o latifúndio monocultor do sistema escravocrata prévio, o atraso e a fome, além do abandono acintoso das regiões mais pobres à sua própria sorte, uma vez que o mote do desenvolvimento brasileiro sempre foi desenvolver mais o já desenvolvido e não integrar as regiões marginalizadas, como a Amazônia e o Nordeste. (CASTRO, 1984).

Castro (1984) enxergava que o caso do Nordeste era ainda mais grave, visto que essa região abrigava um terço da população brasileira e historicamente as políticas econômicas insistiam em excluí-la dos planos de integração nacional, mantendo um tratamento discriminatório que se traduzia em ações assistenciais que ao invés de beneficiarem a população flagelada, privilegiavam determinados grupos de açambarcadores, o que era reflexo do tratamento das regiões mais ricas para com o Nordeste, de metrópole para colônia, refletindo a dinâmica externa.

Assim, o autor evidencia essa diferença regional com a convicção de que não era uma condição perpétua:

“O Nordeste não está condenado irremediavelmente à pobreza e o seu povo à fome, por qualquer forma de determinismo inexorável, mas, porque no jogo das variáveis econômicas, a política colonial que se afrouxou mais no Sul ainda se mantém bem arroxada na região nordestina, simples produtora de matérias-primas e produtos de base.” (CASTRO, 1984, p. 285).

Em sua perspectiva, o que faltava para o Nordeste, assim como para todos os estados do Norte, era reivindicar em termos dialéticos seus direitos humanos, isto é, ter força política para requerer reunidos uma política econômica que não lhes fosse injusta, a qual teria muito mais resultado que créditos orçamentários pontuais e incapazes de superar a questão (como os exemplos que pontuaremos nos tópicos subsequentes). Era essa dependência da Amazônia e do Nordeste frente a economia das demais regiões que mantinha as áreas de fome inalteráveis.

De um ponto de vista mais crítico, pensamos que é preciso alterar a lógica de causa e consequência explicitada anteriormente, pois o contrário mostra-se mais acurado. Não era a dependência das regiões amazônica e nordestina que mantinham os quadros de fome, mas a usurpação de todas suas riquezas e o aniquilamento de suas potencialidades em um longo processo histórico pelas demais regiões através da divisão espacial/territorial do trabalho que explicava tanta fome no Norte e, por consequência, tanta prosperidade no Sul.

Sem embargo, uma opinião constante era a de que o Brasil sempre fora marcado por profundos contrastes que evidenciavam sua imensa desigualdade, como consta em “Os dois Brasis” de Jacques Lambert e em “Brasil, Terra de contrastes” de Roger Bastide. Tais contrastes se expressavam claramente no esplendor da vida urbana de algumas metrópoles cercada pelo marasmo e “atoleiro social da vida agrária”, assim como a coexistência de uma indústria moderna de alto padrão e uma agricultura feudal e conservadora. (CASTRO, 1984).

Devido a este desenvolvimento desigual Castro (1984) alega que:

“(…) o desnível entre as regiões não é senão a projeção em áreas geográficas do desnível setorial entre a economia agrícola e a economia industrial. É esse desnível setorial que (...) constitui, a nosso ver, a mais grave distorção na dinâmica de nosso desenvolvimento econômico e o principal fator de estrangulamento da industrialização do país.” (p. 290).

Assim, da mesma maneira que não haveria desenvolvimento real para todo o país ao se deixar a região Nordeste ou qualquer outra para trás, não haveria desenvolvimento econômico igualitário ao relegar a economia agrícola ao atraso e investir apenas na industrialização, pois como exposto por Castro (1984), a estrutura retrógrada do setor agrícola criava um conjunto de fatores que amordaçavam o desenvolvimento de toda a economia brasileira:

“O marginalismo econômico a que ficou relegado o homem do campo, com sua capacidade aquisitiva quase nula, não permite a formação de um mercado interno capaz de absorver a crescente produção industrial. As migrações internas, os altos graus de mobilidade social do campo para a cidade, supersaturando os núcleos urbanos com grandes massas humanas improdutivas, células economicamente mortas, infiltradas dentro da textura social, vêm onerar terrivelmente o erário público com os indispensáveis serviços sociais, cujo alto custo absorve necessariamente uma grande parcela de recursos que deveriam ser aplicados em investimentos reprodutivos.” (p. 292).

Bem como elencou Lacoste (1978) como um dos caracteres essenciais do subdesenvolvimento, Castro (1984) percebia uma crescente tomada de consciência diante do problema da fome tanto da parte dos governantes quanto da população. Todavia, pouco era feito de concreto para sanar o problema, uma vez que muitos dos dirigentes acreditavam que ao atingir um determinado nível de desenvolvimento industrial haveria de modo automático o desenvolvimento agrícola.

Ao final, Castro (1984) considerava que apesar da industrialização, a economia brasileira ainda era de tipo colonial, o que impedia relacionar o desenvolvimento econômico que se tinha a um verdadeiro desenvolvimento social. Mediante suas análises, a saída para essa questão estava na reforma agrária, uma necessidade histórica da qual não poderíamos fugir, pois “só poderemos manter o ritmo de expansão da indústria brasileira e dar-lhe garantia de sobrevivência se cuidarmos melhor de expandir e de consolidar a nossa economia agrícola.” (p. 295).

I.III. UM BREVE PANORAMA REGIONAL DO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Castro (1984) menciona que no imaginário social existia a associação do fenômeno da fome ao Extremo Oriente e à Europa devastada pela guerra, mas que a fome era um fenômeno bem mais generalizado, atingindo todos os continentes. Uma questão que veio à luz somente com a predominância do que ele chamou de “as ideias universalistas”, marcadas pela criação da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, para evitar novos confrontos mundiais e em substituição à Liga das Nações.

O autor é categórico em afirmar que o tema da fome constituía um dos tabus da civilização, caracterizava-se por poucos debates e escassos trabalhos sobre a temática, até mesmo na bibliografia mundial, se comparada com outras calamidades como a guerra e as pestes ou epidemias. De seu ponto de vista, a fome produzia maiores estragos que as outras calamidades juntas, uma vez que era a causa mais constante das guerras e a fase preparatória do terreno para a eclosão das grandes epidemias.

A resposta para tal ausência de estudos e debates encontrava-se nos interesses de ordem moral, política e econômica da civilização ocidental, sendo a fome um instinto primário chocante para a cultura racionalista que tentava impor a razão e negar o poder criador dos instintos. (CASTRO, 1984).

Após as guerras mundiais havia a prevalência do espírito contestador e de irreverência, em que duas linhas de pensamento predominavam: o *marxismo* e o *existencialismo*, principalmente entre os jovens, devido à crise de identidade europeia e da cultura moderna em geral. A questão da paz e da guerra ocupava o centro dos debates, devido ao medo de um novo conflito. Além de que haviam muitas tensões que se traduziam em greves. (FURTADO, 1985).

Silva (2016) nos lembra que as teses não científicas dos neomalthusianos tinham previsões apocalípticas quanto a fome no mundo e culpabilizavam os próprios países subdesenvolvidos por suas condições de fome e pobreza, o que gerava a indisposição dos países desenvolvidos em agirem no combate à questão. Enquanto que Castro, um crítico ferrenho, se opunha à tal visão e considerava que o crescimento populacional não era um fator tão preponderante, visto que era possível aumentar a produtividade das terras e, conseqüentemente, produzir alimentos para todos.

“Os neomalthusianos, ao afirmarem que o mundo vive faminto e está condenado a perecer numa epidemia total de fome porque os homens não controlam de maneira adequada os nascimentos de novos seres humanos, não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos.” (CASTRO, 1954, p. 45).

Como declara Castro (1984), foi preciso que houvesse duas terríveis guerras mundiais e uma revolução social (revolução russa, de 1917) para que o tema da fome fosse enxergado. A distribuição, consumo e produção de produtos alimentares se processavam como questões exclusivamente econômicas e não ligadas aos interesses da saúde pública. Dessa forma, apesar da capacidade quase infinita de aumento da produção, a ciência e a técnica ocidentais constataram seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana.

A atitude mais efetiva na mudança de perspectiva ocorreu com a Conferência de Alimentação de Hot Springs, em 1943, a primeira das conferências convocadas pelas Nações Unidas para tratar de problemas fundamentais à reconstrução do mundo pós guerra. Tal conferência deu origem à atual Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – FAO. (CASTRO, 1984).

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções ao problema da fome, para Castro (1984), residia no pouco conhecimento que se tinha da questão em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. Além de sempre se ter uma visão unilateral do problema, limitando-se a aspectos parciais do mesmo, com profissionais limitados ao quadro de suas especializações. Por isso o autor opta por uma visão panorâmica de conjunto para captar as conexões dos múltiplos fatores, como o fez Yves Lacoste, em outra escala, décadas mais tarde, ao tratar do fenômeno do subdesenvolvimento mundial.

EUROPA

Outra obra que nos interessa grandemente é “A Fantasia Organizada”, de 1985, de Celso Furtado - um depoimento pessoal inserido no contexto histórico em questão, no qual o renomado economista testemunhou o processo de reconstrução da Europa, isto é, a gestação do futuro de toda uma geração. Contudo, se aprofunda nos cenários de alguns países em particular, como a Alemanha, a França e a Inglaterra, sem se esquecer, porém, que diferentemente da Primeira Guerra Mundial, em que as destruições se limitaram a certas áreas, a Segunda Guerra Mundial devastou lugares fora dos sistemas de produção. (FURTADO, 1985).

As transações comerciais internacionais se reconstituíam lentamente no mundo todo, sendo escassos os excedentes exportáveis e inexistentes, fora dos EUA, os meios de financiamento. Em todas as partes da Europa havia insuficiência de fontes de energia e carência alimentar. A Alemanha, que fora o centro de grande parte do comércio intra-europeu, se encontrava prostada e deslocada pelo esforço de guerra. Com a independência da Índia, o Império

Britânico entrou em franca desagregação, não conseguindo sustentar sua posição antes da guerra devido sua posição dentro da Europa incompatível com seu peso nas esferas econômicas e demográficas. Já a França, que havia desenvolvido sua economia de forma relativamente autônoma e colocando-se à margem do sistema dominante, atravessou um período de rápida transformação de seu mundo semi-rural anterior à Segunda Guerra Mundial, por meio de um processo de urbanização que modificou seu estilo de vida e de habitação até então preservados⁵. (FURTADO, 1985).

Em julho de 1944, foram criadas as instituições de Bretton Woods, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento que estabeleciam as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países independentes, com a intenção de reconstruir o capitalismo mundial enquanto a Segunda Guerra ainda se espalhava. (Ibidem).

Furtado (1985) descreve em notas e por meio de seus estudos e de outros pesquisadores como deveria se dar a reconstrução das nações europeias diante do cenário do pós-guerra. Na visão do autor, os projetos de previdência e assistência social na Europa foram valiosos, mas não chegavam à raiz do problema. A solução, para ele, estava numa dupla racionalidade, ao nível dos fins e dos meios, o que exigia planificação. Porém a única experiência de estabilização de uma economia com base na planificação era a soviética, sobre a qual nada existia publicado à época.

Em contrapartida, ele assegura que a *Doutrina Truman*⁶ possuía limitações em seu ponto de vista, uma vez que tendia a assimilar os problemas surgidos das deslocamentos causadas pela guerra e pelo esforço de reconstrução dos países a simples “intrigas do comunismo internacional”. Mas mesmo entre os economistas liberais, a intervenção estatal era amplamente defendida.

Em suma, como relata, os europeus precisaram menos de ajuda do que esperavam, superando as metas que haviam proposto. Além de que com o

⁵ O que resultará na revanche de De Gaulle um decênio depois, movido por uma noção de perda de identidade e por uma descaracterização do gênio francês afetado pelo cosmopolitismo. (FURTADO, 1985).

⁶ Expressão que faz referência a um conjunto de práticas do governo do então presidente estadunidense, Harry S. Truman, em escala mundial, em 1947, que buscava conter o avanço do comunismo junto aos chamados "elos frágeis" do sistema capitalista.

surgimento da Comunidade Econômica Europeia foi possível a reinserção da Alemanha na economia regional como principal potência industrial. Grosso modo, a superação da crise econômica do pós-guerra ocorreu por meio de transferências unilaterais entre os EUA e países europeus do ocidente.⁷ É importante ressaltar também o papel da política econômica do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), que propiciou melhores condições de vida à totalidade da população desses países por meio de impostos progressivos, o que foi adotado mais tarde por outras nações desenvolvidas, como a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia.

AMÉRICA LATINA

No que concerne os países latino-americanos, dentro de cerca de 50 anos todas as nações, de norte a sul, passaram por um processo de emancipação. Até o início do último quartel do século XIX, consolidam-se os Estados Nacionais nesta região. Desta forma, na virada do século XIX para o século XX, os países latino-americanos buscam sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT)⁸, assim como uma posição em relação aos centros do capitalismo.

Como tão bem ilustra Galeano (2019, p. 5): “(...) os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade do comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço).”

Importante considerar que o “mundo”, para o escritor uruguaio, era o mercado mundial e, neste mundo, o papel da América Latina era e sempre foi de servidão.

Uma instituição fulcral para o entendimento das condições socioeconômicas e políticas dos países da América Latina, e que propunha

⁷ Germe do *Plano Marshall*, conhecido também como Programa de Recuperação Europeia, um aprofundamento da Doutrina Truman que visava a reconstrução dos países aliados. Para Furtado (1985), a criação do *Plano Marshall* era o atestado de óbito de instituições como o FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

⁸ De acordo com Furtado (1985), o sistema econômico moderno e, por consequência, o sistema de divisão internacional do trabalho são tributários do modelo econômico de matriz inglesa, que teve como base o surto de exportação de manufaturas na primeira revolução industrial, por volta da segunda metade do século XVIII.

ações concretas para que se livrassem da dependência histórica a que foram submetidos no cenário internacional, era a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁹. Furtado (1985) advoga que tal instituição nascera sob fortes oposições do governo estadunidense, que combatia sua criação nas Nações Unidas e com seu forte potencial de pesquisa. Logo, apesar das ideias e reflexões da CEPAL terem tido grande respaldo no mundo acadêmico, pouco apoio tiveram junto aos governos da região devido à hegemonia ianque.

O México era um país contrário a influências externas, pois havia uma grande autoconfiança nutrida pelos êxitos da Revolução Mexicana (1910-1924) e pelas benesses que colheu do “boom” da economia dos EUA no período de guerra. Nos países da América Central e em Cuba havia a emergência de ideias que contrabalanceassem a incisiva influência estadunidense, o que explica o imediato interesse suscitado pelas teses da CEPAL nestas nações. O Peru e a Colômbia praticamente ignoravam a existência da instituição, sendo o Peru um dos países onde havia maior distância das elites para com o povo – uma enorme diferença de estruturas socioeconômicas entre a costa (moderna agricultura de exportação) e a serra (comunidades indígenas). A Colômbia, por sua vez, tentava se recuperar do “Bogotazo”¹⁰ de 1948, que desencadeou um período em sua história conhecido como “La Violencia”, que durou até aproximadamente 1958. Na Venezuela, o fluxo de dinheiro advindo do petróleo embaraçava a realidade. (FURTADO, 1985).

Já no Chile houve a aplicação de uma política de industrialização pioneira na região, apesar de que sua economia dependia da exportação de cobre controlada por grandes empresas estadunidenses, o que explicava a dependência externa aguda nesse país maior que nos outros três que tiveram algum avanço no campo da industrialização: Argentina, Brasil e México. O grande desafio chileno era diversificar a estrutura produtiva por meio do excedente das exportações de cobre e, para isso, contava com grande reforço da CEPAL, presente na capital, Santiago. (Ibidem).

⁹ Comissão da Nações Unidas que teve em sua criação e na aplicação de técnicas de planejamento econômico participação ativa de Celso Furtado.

¹⁰ Uma série de protestos e desordens que surgiram após o assassinato do líder liberal e candidato à presidência Jorge Eliécer Gaitán em 9 de abril de 1948 no centro de Bogotá, durante o governo do então presidente Mariano Ospina Pérez.

Dentre os países com maior influência, o mais rico, menos dependente dos EUA e com maior tradição diplomática na região era a Argentina. Segundo Furtado (1985), o país possuía uma rica vida cultural, refugiava a intelligentsia latino-americana perseguida (grande parte espanhola, devido ao franquismo) e chegou, em 1939, a possuir metade da população de Buenos Aires de europeus. A isso deve-se as diferenças entre a vida cultural da capital e as regiões interioranas de colonização espanhola. Contudo, após o trauma provocado pela crise mundial de 1929¹¹, o país ficou nas mãos da oligarquia que se manteve no poder com apoio militar e fraudes eleitorais, o que mais tarde, em 1946, com intervenção dos EUA, levou à eleição de Perón em disputa livre. Por causa das condições materiais existentes antes da crise, o país sofreu um impacto menor que seus vizinhos, o que fez com que por um razoável tempo o discurso peronista tivesse efeito, baseado em uma relativa eficácia, e pudesse ignorar o que se fazia na CEPAL.

O Uruguai, por sua vez, era uma miniatura de metrópole moderna, sem ditaduras e sem misérias, para Furtado (1985), “uma Argentina do passado”. Porém isso durou até a estabilização da fronteira agrícola, depois desse período, o desinteresse pelos problemas econômicos era tal que o país praticamente não dispunha de estatísticas, ficando fora das análises Cepalinas.

Furtado (1985) expõe também os estudos de Raúl Prebisch, economista argentino criador do Banco Central Argentino e único economista latino-americano de renome internacional à época, o qual teve grande atuação na política de estabilização de seu país após a crise de 1938. Apesar disso, foi forçado a deixar a direção do Banco Central, em 1944, por não ser bem visto pelos peronistas. Prebisch era um heterodoxo não influenciado pela ordem econômica internacional, o que também lhe rendeu a antipatia dos membros do FMI, instituição que representava o tabernáculo da ortodoxia monetária. Ademais, o economista argentino foi pioneiro no debate sobre o que se

¹¹ Em 1929, o sistema capitalista enfrentou uma grave crise devido à livre competição desenfreada entre empresas capitalistas, o que levou à quebra da Bolsa de Valores de Nova York e à falência, em muitos locais do mundo, de empresas que estavam ligadas ao mercado financeiro estadunidense. A amplitude da perda econômica e a dimensão do empobrecimento foram inéditas.

convencionou chamar mais tarde de subdesenvolvimento, além do maior difusor do pensamento *keynesiano*¹² nos países de língua espanhola.

Prebisch reconhecia em seus trabalhos, na Secretaria Executiva da CEPAL, que o velho sistema de Divisão Internacional do Trabalho estava sendo destruído na América Latina, visto que a propagação do progresso técnico era incontornável. Assim, defendia que para se obter uma correta interpretação teórica da realidade latino-americana, a região teria que abandonar a ótica dos centros mundiais e precisava ser capaz de penetrar com critério original os fenômenos concretos latino-americanos. (FURTADO, 1985).

Desta forma, fica claro que Prebisch objetivava mostrar em tom de denúncia que, historicamente, a DIT vinha conduzindo à concentração da renda em benefício dos centros industrializados, criando servidões para os países periféricos, isto é, até o momento em que os países centrais reduzem sua produção agrícola para abrir espaço às importações, a periferia do sistema disfrutou de algum dinamismo do intercâmbio internacional, mas na nova fase liderada pelos EUA, de proteção das atividades primárias centrais, a disparidade dinâmica da demanda entre centro e periferia retorna. (Ibidem).

Conforme propunha o economista argentino, para escapar aos constrangimentos da ordem internacional os países periféricos tinham que seguir a via da industrialização, que seria o caminho de real acesso aos frutos do progresso técnico, com o desenvolvimento de técnicas de planejamento adaptadas às suas peculiaridades econômicas. Entretanto, a maior dificuldade estava na insuficiência de poupança interna. (Ibidem).

Embora ele reconhecesse a importância da industrialização, também assinalava os seus limites, introduzindo considerações sobre a inflação e as políticas de controle de câmbio. No final, suas grandes contribuições teóricas foram sobre a dinâmica do sistema centro-periferia e aos desequilíbrios engendrados nas economias periféricas pelo novo centro principal do

¹² Conjunto das teorias e medidas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) e seus seguidores, que defendiam, dentro dos parâmetros do mercado livre capitalista, a necessidade de uma forte intervenção econômica do Estado com o objetivo principal de garantir o pleno emprego e manter o controle da inflação.

capitalismo, os EUA, que combinava elevada produtividade e protecionismo seletivo. (FURTADO, 1985).

Na segunda metade do século XX, as ditaduras militares se proliferaram no Cone-Sul. Nesse meio tempo, os Estados da América do Sul compartilharam formas de governo com características semelhantes, conflitos internos comuns e passaram, conjuntamente, pela ascensão e queda de determinadas ideologias, que serão evidenciadas nos próximos capítulos. Tudo isso, além do passado histórico de sucessivos ciclos de economia destrutiva, mostra que não é possível pensar no contexto histórico do Brasil descolado do contexto histórico da América Latina.

BRASIL

Antes de adentrarmos no cenário brasileiro do pós-guerra é importante destacar o período anterior à 1945, chamado “período Vargas” (1930-1945), que perpassa o entre guerras e percorre a Segunda Guerra Mundial, pois caracteriza-se enquanto um contexto crucial para o que seguir-se-á nas décadas a diante: modernização capitalista e industrial, que faz a transição do Brasil agrário e rural para um país que inicia a sua industrialização.

De acordo com Castro (1984), o Brasil à época era um país tipicamente subdesenvolvido, com economia de tipo colonial – na dependência de uns poucos produtos primários de exportação, com destaque para o café. Além do mais, havia regiões com fome crônica e outras com subnutrição, o que pesava duramente na evolução socioeconômica da população, uma vez que eram mais produtos de fatores socioculturais do que de natureza geográfica. Assim, para o autor: “Ao retratarmos a fome no Brasil estávamos a evidenciar o seu subdesenvolvimento econômico, porque fome e subdesenvolvimento são uma mesma coisa.” (p. 47).¹³

¹³ No que diz respeito a esta declaração, podemos notar uma generalização que não é unânime nos estudos do subdesenvolvimento, o pensamento de Lacoste (1978), por exemplo, afirma que não é possível colocar a fome enquanto sinônimo de subdesenvolvimento de forma absoluta, visto que tais fenômenos não coincidem precisamente nem no tempo nem no espaço, apesar de concordar que a fome é claramente o sintoma mais grave e geral do subdesenvolvimento, e a manifestação mais flagrante da miséria.

Havia neste período a opinião corrente de que um país sem fontes próprias não tinha vocação industrial e, dessa maneira, o Brasil seria um país condenado a viver da agricultura. (FURTADO, 1985). Nesta esteira, Furtado (1985) defende a indústria têxtil algodoeira como a primeira atividade econômica de grande vulto desenvolvida no país, em função do mercado interno, mas que a crise mundial de 1929 e a prolongada recessão que a seguiu levaram ao desmantelamento da economia de tipo colonial em território nacional e, assim, somente a partir desse momento que, para o autor, se pode falar efetivamente de industrialização no Brasil.

Ainda conforme Furtado (1985), a economia brasileira somente voltou a crescer prioritariamente pela expansão do mercado interno e a contração das importações na década de 1930, o que é respaldado por Castro (1984) ao afirmar que neste momento a economia nacional começava a desenvolver-se num ritmo acelerado e com capacidade de desenvolvimento autônomo.

Deste modo, Furtado (1985, p. 71) considerava que nessa “(...) nova fase de desenvolvimento econômico, o Brasil não só encerrava seu ciclo colonial, mas ainda fundia todos os ‘ciclos’ anteriores em uma unidade econômica integrada, e concluía o processo histórico de sua formação nacional”. Dentro desta perspectiva, a industrialização era o instrumento que estava cimentando a nacionalidade.

Furtado objetivava desvendar as causas do atraso brasileiro por meio de sua história e de seu processo formativo. Em seu entendimento, afirma que não havia fatalidade que respondesse pelo atraso nacional, que devíamos assinalar as motivações dos que, no poder ou em posição de mando, tomavam decisões empenhados em subordinar a industrialização à reconstituição do velho sistema primário exportador.

Documentos estatísticos e informes científicos, incluso a CEPAL, apontavam que as condições de vida no Brasil eram tão deficientes quanto as condições de vida da América Latina vista em conjunto. (CASTRO, 1984). Furtado (1985) revela um quadro de extrema precariedade das massas urbanas latino-americanas. Ele aponta também o tamanho da pobreza relativa de informações sobre o Brasil no período em questão, que apesar da qualidade dos

censos havia a inexistência de índices dentro dos standards internacionais. Ademais, quanto a indústria manufatureira na América Latina, o Brasil apresentava um atraso frente a países como a Argentina, Chile e México, uma vez que possuía níveis de crescimento abaixo da média regional.

Em 1948, criaram o “Plano SALTE” (Saúde-Alimentação-Transporte e Energia), um plano nacional modesto que definia prioridades de investimentos públicos. À mesma época, nos EUA, a missão “Abbink” era enviada ao Brasil com técnicos da Reserva Federal e do Tesouro estadunidense, com o intuito de fazer uma auditoria da situação brasileira e elaborar uma política para o governo do país em oposição à CEPAL. A missão recomendava a intensificação da substituição das importações no setor industrial e rígidos controles (qualitativos e quantitativos) sobre as mesmas, o que significava mais rigor da política de ajustamento que já vinha acontecendo devido a negação de ajuda externa, pois segundo alguns estudos, os desequilíbrios da economia internacional naquele período, não considerando os efeitos da guerra, tinham sua origem no comportamento de fechamento da economia dos EUA por forte contração de suas reservas, o que levava a uma escassez de dólares no mercado mundial. (FURTADO, 1985).

De acordo com Furtado (1985), pós 1948 a sociedade brasileira estava em êxtase pelo fim do autoritarismo e das guerras. Contudo, as mudanças políticas eram imperceptíveis no Nordeste, uma vez que era tomado por velhas estruturas e organismos que refletiam os problemas brasileiros “sedimentados em sucessivas camadas históricas”. Além disso, no país como um todo havia grande penetração do clima de *Guerra Fria*¹⁴, mas nada era dito abertamente, não se assumia a confrontação ideológica.

O cenário econômico, por sua vez, era de déficit em relação a balança de pagamentos. O país não reunia as condições para recuperação econômica e autotransformação semelhante aos países devastados pela guerra. Além do mais, a inflação se mantinha tão intensa quanto no período da guerra. (Ibidem).

¹⁴ Considera-se geralmente que o período abrange a Doutrina Truman de 1947 até a dissolução da União Soviética em 1991.

A despeito desses cenários, o Brasil – um dos países mais afetados pela crise de 1929 junto ao Chile – mantinha importante destaque na região por seu processo de industrialização. No entanto, para Furtado (1985), somente nos anos 1950, com a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico)¹⁵, órgão o qual chegou a ser diretor, que o Estado se armou dos meios financeiros para promover uma verdadeira política de industrialização. Enquanto Castro (1984) não via tais programas para além de um assistencialismo ineficiente, visto que eram desproporcionais em suas concessões de créditos, sendo a região Nordeste sempre a mais negligenciada.

Assim como as questões acerca da construção da identidade nacional havia ocupado os debates nas décadas de 20 e 30, nos anos 50 veio à tona a temática do subdesenvolvimento, com seu auge durante o governo de Juscelino Kubitschek, mesmo momento em que paradoxalmente se iniciaram transformações que resultaram numa crise da política econômica nacionalista. (MAGALHÃES, 1997).

Furtado (1985) argumenta que o país não contava com condições externas favoráveis como o México ou com uma política de industrialização estatal como o Chile, visto que havia uma heterogeneidade da classe dirigente que dificultava a definição de uma política econômica clara, o que levava à procrastinação, a medidas contraditórias ou retardatárias, características da política brasileira. Apesar de tudo, o Brasil conseguiu diversificar seu parque industrial graças ao que ele chamou de “uma vigorosa classe empresarial”. Por isso, era uma industrialização frágil quando exposta à concorrência externa ou como disse Castro (1984), uma industrialização artificial.

Neste sentido que Lacoste (1978) elencou a industrialização restrita e incompleta como um dos caracteres mais marcantes dos países subdesenvolvidos, a tal ponto que poderia considerar o termo como sinônimo de países de não-industrialização. Devido a esta característica, o geógrafo francês afirma que nos países subdesenvolvidos a industrialização e a penetração da civilização “moderna” ocorriam muito mais no âmbito do consumo, pela difusão de produtos manufaturados, que da produção. Quando havia capacidade

¹⁵ Atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

produtiva de fato, esta era usada, geralmente, de modo ineficiente em razão de seus planos de desenvolvimento inadequados. No Brasil, Castro (1984) alegava que o desenvolvimento não podia ser contestado se medido por meio da renda média *per capita*, no entanto, esse índice encobria a realidade da distribuição real da renda no país, cada vez mais concentrada nas mãos de certos grupos de determinadas áreas.

Levando em conta as condições históricas e sociopolíticas específicas do Sertão do Nordeste, criaram, no final da década de 1950, projetos de desenvolvimento voltados para essa região, denominados de “Operação Nordeste”, sob coordenação de Celso Furtado, que em 1959 se transformou na SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). (SILVA, 2016). Tal iniciativa despertou grande interesse internacional¹⁶. Por este ângulo é que Furtado defendia para além da industrialização o fim do latifúndio monocultor e um desenho econômico adaptável à seca, na contramão das “políticas hidráulicas” que ocupavam o debate no país. (IHU, 2020).

Ainda que houvesse muita similaridade entre as propostas de desenvolvimento nacional de Celso Furtado e Josué de Castro, Silva (2016) contrapõe os pontos de vista de tais estudiosos quanto ao desenvolvimento do Sertão Nordestino. Segundo a autora, Furtado propunha um foco no desenvolvimento industrial e a transferência das populações que viviam nas áreas de seca constante para outras regiões, enquanto que Castro via na reforma agrária a saída principal para os sertões, o que levaria a uma reorganização da produção agrícola em benefício de uma industrialização mais racional e progressista, além de que, para ele, seria a única possibilidade de inclusão das massas excluídas dos processos de decisão política. Apesar dessa divergência de ideias, os dois autores enxergavam a existência de vários Nordeste, ao contrário da visão freyriana.

Em consequência desta conjuntura, Castro (1984) afirmava que após a Segunda Guerra o Brasil passava por uma profunda transformação em sua

¹⁶ Em 1961, Furtado foi a Washington como superintendente da SUDENE para se encontrar com o então presidente dos EUA, John Kennedy, que decidiu apoiar um programa de cooperação com o órgão. Embora exista até hoje, a iniciativa foi relegada a segundo plano durante a ditadura militar e não recuperou o protagonismo conferido sob a gestão do economista. (IHU, 2020).

economia, o que não se traduzia em melhores condições de vida para a população, mas substancial alteração na realidade social do país na medida em que passava para a fase construtiva de seu desenvolvimento autônomo, com a industrialização deslocando o eixo da economia nacional. A isso se deve o persistente dilema de ter que apoiar-se no setor agrícola ou no industrial – o dilema do pão ou do aço, subtítulo de sua obra.

Castro (1984) considerava a experiência de transição econômica brasileira um exemplo para a orientação de outros países e, assim como os estudiosos da CEPAL, defendia a formulação de uma nova teoria do desenvolvimento das/nas regiões subdesenvolvidas, emancipada da economia clássica e dos grandes centros, visto a impossibilidade de transposição dos modelos hegemônicos. Neste sentido que sua obra se presta a uma potente contribuição à reformulação da política econômica incipiente à época.

II. DA ERA DA “INDÚSTRIA CULTURAL” AO CINEMA NOVO BRASILEIRO

II.I. REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA DA ARTE, O NASCIMENTO DO CINEMA

Segundo Moreira (2009), o centro das relações internacionais sofre a partir da década de 1950 uma grande mudança com a transformação da indústria em um sistema mundial. Passa a haver a incorporação dos espaços mundiais através dos hábitos de consumo de bens de fabricação industrial, ao invés de um expansionismo baseado no domínio das fontes brutas de recursos naturais como no período anterior às guerras mundiais. À medida que os diferentes espaços mundiais foram adquirindo maior unidade pela articulação do sistema capitalista, o conhecimento dos valores culturais dos diferentes territórios e povos foi se tornando a matéria-prima principal dessa nova forma de expansão.

Salles Gomes (1996) chama a atenção para como a ampliação da indústria para o campo da cultura e, principalmente, do entretenimento já vinha se consolidando desde o final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, sendo o cinema (foco de sua discussão) um grande exemplo.

Walter Benjamin (1892-1940), um grande teórico da cultura, em seu ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de 1936 – primeira reflexão filosófica sobre cinema – busca justamente compreender como a arte e a cultura foram afetadas pela reprodutibilidade técnica das formas simbólicas a partir da influência do processo industrial moderno em suas produções.

Na visão do autor, essa modificação possibilitada pela indústria fez com que a arte perdesse sua autenticidade, singularidade e unicidade ou, como ele dizia, sua “aura”, uma vez que anteriormente ela só podia ser apreciada em presença e só se podia conservar essa experiência em memória e por meio de relatos, envolvia certa forma de “ritual”, enquanto que com a reprodutibilidade técnica da obra de arte adentra-se uma era “pós-aurática”, perde-se o “aqui e agora”, isto é, sua existência única no local em que se encontra, devido à sua reprodução e existência massivas que levam a perda da memória e da sensibilidade frente a mesma. Toda essa transformação provocou uma crise da estética e uma alteração epistemológica no entendimento de arte.

Em resposta a tal transformação do campo da cultura em razão da facilidade de reprodução técnica, Theodor Adorno (1903-1969) criou a expressão “indústria cultural” que preferia à expressão “cultura de massas”, porque achava que esta sugeria a ideia de uma cultura das massas populares, o que não era o caso, do seu ponto de vista o que havia era uma massificação da cultura. Adorno foi colega de Walter Benjamin na chamada Escola de Frankfurt e um grande crítico de suas reflexões, pois achava que a suposta indústria cultural inibia o pensamento crítico e levava à ignorância e, conseqüentemente, a uma anulação intelectual.

Em contrapartida, Benjamin não usava tal expressão para referir-se ao fenômeno e não o via com tão maus olhos, pois acreditava que a ampliação do acesso das massas às formas de arte poderia ser um aspecto positivo, além disso, considerava a obra de arte como dialética, podendo gerar reflexão ao passo que também pode gerar uma certa alienação, ou seja, apesar do que representa a indústria cultural, ainda há margem para reflexão. (BENJAMIN, 2015).

A arte cinematográfica teve papel ambíguo na era da reprodutibilidade técnica, fora considerada como uma ferramenta de conscientização e combate ao fascismo ao mesmo tempo que também serviu de propaganda ao mesmo, por isso apresentava um potencial construtivo e destrutivo a depender de seu uso. Mas esse caráter não foi limitado ao cinema. Para Benjamin (2015), todos os campos e formas de arte tinham potencial para a “estetização da política” – obra de arte enquanto mercadoria, produção permanente, instrumento de alienação e controle, como o fez o nazismo e, por outro lado, para a “politização da arte” – a obra de arte quando restaura sua aura, engaja, produz senso crítico e é revolucionária, o que sugere o autor como maneira de combate à primeira forma.

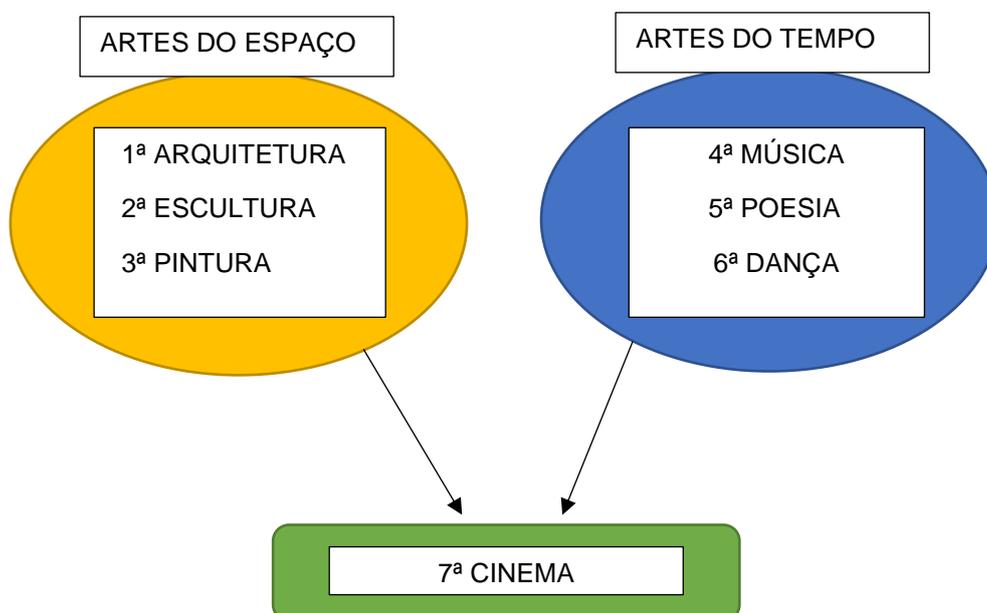
À guisa de seu pensamento, pode-se considerar que o cinema, assim como todas as produções audiovisuais, seria a própria técnica de reprodução como forma de arte. Contudo, as imagens em movimento constituiriam o tipo de arte mais passível de melhoria, isso estaria ligado à sua recusa ao valor de eternidade, como havia nas clássicas obras de arte dos gregos. O filme pode ser regravado, cortado, editado e reconstruído, diferentemente da escultura, por exemplo.

Cinema é um conceito polissêmico. Etimologicamente, o termo deriva da palavra grega *kinema*, que quer dizer “imagem em movimento”. Além disso, ela encurta o termo cinematógrafo – dispositivo de reprodução de imagens em movimento criado na França, considerado, convencionalmente, como a origem do cinema. Mas o cinema não significa só salas de projeção, existem diversos sentidos atribuídos a ele, o que será tratado a seguir.

O cinema, um dos polos desta pesquisa, tem seu nascimento intrinsecamente ligado à experiência urbana moderna, de aceleração do ritmo de vida, explosão dos signos e preponderância da visão sobre os demais sentidos. Desta maneira, pode-se dizer que o cinema na sua origem traduzia e representava a experiência moderna, caracterizando-se até os dias hodiernos como uma arte urbana e moderna por excelência. Como retrata Ismail Xavier (2017), o cinema mais do que uma forma de representação da vida, lida com a própria vida como sua matéria prima.

Conforme explanado, a cinematografia surge no bojo da indústria cultural, isto é, no momento em que a arte, que servia para a contemplação/imersão, passa a ser de dispersão/distração, o que baseará enormemente o entendimento do cinema como pura forma de entretenimento. A primeira defesa da cinematografia enquanto arte partiu do teórico e crítico de cinema, italiano, Ricciotto Canudo (1887-1923) em seu “Manifesto das Sete Artes e Estética da Sétima Arte”, de 1923, para o qual a arte cinematográfica seria o suprassumo da experiência estética, e ápice de um processo teleológico que culminaria no cinema.

Quadro 1 – As Sete Artes por Ricciotto Canudo¹⁷



Fonte: Elaboração do pesquisador

Deste modo, inspirado na hierarquia estética de Hegel e na busca pela essência do cinema e por sua autonomia frente as demais manifestações artísticas, Canudo o declarou como a sétima arte. (XAVIER, 2017). O motivo da escolha dessa arte em particular seria devido sua capacidade de unir as artes do espaço ou plásticas (fixação do instante) e as artes do tempo ou rítmicas

¹⁷ O autor não considera o teatro, pois este seria uma combinação das diversas linguagens artísticas existentes, mas que diferentemente do cinema, não tinha uma linguagem própria.

(duração) em um só espaço-tempo desvelado em movimento, ou seja, uma síntese espaço-temporal de todas as outras formas de arte. Logo, para o autor, o cinema seria a arte que proporciona o melhor retrato da realidade, tornando-se uma das experiências estéticas mais influentes na modernidade.

No livro “O que é o cinema?” de André Bazin (1918-1958) – um dos maiores críticos de cinema do pós-guerra e fundador da revista francesa “Cahiers du Cinéma”, o professor Ismail Xavier organizou uma seleção muito bem curada de textos do crítico e teórico francês, na qual são apresentadas duas concepções sobre o que é o cinema. A primeira concepção do autor considera o cinema enquanto um fenômeno idealista, o que provoca a pensar que a ideia de cinema já existia no imaginário das pessoas, uma vez que era possível imaginar e projetar na mente as imagens que, com o advento do aparelho de projeção, circulavam nas memórias. O cinema não seria, portanto, uma grande novidade.

A segunda concepção considera o cinema enquanto a consecução da imagem no tempo, isto é, a consecução no tempo da objetividade fotográfica, a “libertação” da imagem estática que passa a ganhar a percepção de movimento no cinema. Processo que começa com os filmes à serviço do projetor inventado e não o contrário, o que significa dizer que o meio era a grande novidade, não a mensagem, pois muitos inventores estavam na busca do advento da imagem em movimento. Entre os inventores, estavam Thomas Edison com o cinetoscópio, os irmãos Skladanowsky com o bioscópio e muitos outros. O que todos eles tinham em comum era a obsessão pelo objeto mecânico, pela trucagem ótica que traria a percepção de movimento. (BAZIN, 2018).

Para além de tais concepções pode-se entender o cinema como um fenômeno social, visto que muitos teóricos vão defini-lo enquanto uma experiência coletiva. Por isso a exibição promovida pelos irmãos Lumière é um marco na história do cinema, pois é considerada a primeira exibição pública e coletiva dentro dos moldes que existem atualmente – projeção em uma tela branca dentro de um ambiente escuro, e além do mais, eles dois teriam sido os primeiros a utilizar pequenas histórias para demonstrar o funcionamento do cinematógrafo.

Também há o entendimento do cinema enquanto indústria, uma vez que em certo ponto passou a seguir a lógica de produção em larga escala, tendo como maior exemplo Hollywood. A partir da década de 1930, essa indústria criou a fórmula “Stars System” (Sistema de Estrelas), grandemente baseada em campanhas publicitárias com a figura de divas ou galãs do cinema. Apesar desse modelo ter sofrido altos e baixos em decorrência das transformações da sociedade estadunidense e de um contexto sociopolítico bastante complexo, conseguiu se consolidar como indústria até os dias de hoje.

Assim como as empresas se interessaram pelo cinema, os governos também viram nessa atividade uma oportunidade de disseminação de ideias e construção de imaginários. Valim (2017) afirma que os EUA foi um grande exemplo desta prática, visto que durante as guerras mundiais o país usou o cinema como forma de conquistar apoio não só de sua população, mas também internacionalmente. Como parte estratégica dos esforços de guerra, muitas produções cinematográficas foram responsáveis por construir imaginários voltados a uma mensagem pró guerra. Além dos estadunidenses, a Escola de Cinema Soviético – primeira escola de cinema do mundo, também usava o cinema para construir uma nova sociedade, por meio da montagem dialética ou intelectual considerava a arte do cinema como possível agente transformador da realidade, ou seja, com um caráter eminentemente político.

Um grande exemplo de utilização das imagens enquanto instrumentos políticos ocorreu no período da ditadura militar no Brasil, em que houve um uso intenso de um mecanismo de dominação através das imagens – a ideologia. O que foi evidenciado por cerca de mil filmes de propaganda que foram encomendados para serem exibidos nas salas de cinema do país, assim como foram organizadas campanhas em massa estigmatizando a militância que desafiava a repressão e contestava a legitimidade do regime. (ACSELRAD, 2020)

Além disso, o professor Henri Acselrad (2020) menciona que agências de publicidade se ocupavam inclusive da chamada “campanha do candidato à presidência”, conjunto de materiais destinados a enaltecer o nome do militar designado pelas forças no poder a dar sequência ao regime de exceção. Os agentes da Ditadura acreditavam ser necessário investimentos na produção de

imagens, lemas, jingles e outros instrumentos publicitários destinados a obter o consentimento da população para com os atos do regime.

“Ao mesmo tempo em que estreitava o espaço do debate público, o poder promovia uma degradação do sentido das palavras: a quebra da legalidade democrática era feita em nome da *democracia*; a censura era justificada como requisito da *proteção da liberdade*; a produção cultural foi cerceada a pretexto da defesa *de valores*; a Justiça era encenada em tribunais militares de exceção que pretendiam encarnar uma suposta *legalidade*. (ACSELRAD, 2020)

Dentre essas concepções abordadas e as diversas outras concepções existentes, será focado neste trabalho o sentido político do cinema, uma vez que para o movimento do Cinema Novo brasileiro a cinematografia não é somente a reprodução da realidade, mas a visão das pessoas que a fazem, um campo de luta, um instrumento político e ideológico acerca do mundo.

II. II. IMAGENS E SUAS GEOGRAFIAS, A POTÊNCIA DO CINEMA

Todo esse contexto de mudança no papel da indústria, de maior articulação dos espaços mundiais e de alteração epistemológica no entendimento da arte – reduto do advento do cinema, evidencia a centralidade conferida às imagens como produtoras de conhecimento e de subjetividades, visto que a dimensão visual da cultura passa a ter um grande destaque no entendimento das sociedades desde então, como explanado por Knauss (2006, p.108) ao tratar dos sentidos do termo “cultura visual” e suas potencialidades:

“A cultura visual pode ser definida não apenas como o campo de estudos da construção social do visual em que se operam imagens visuais e se realiza a experiência visual. Pode ser também entendida como o estudo da construção visual do social, o que permite tomar o universo visual como terreno para examinar as desigualdades sociais”.

Desta forma, percebe-se o papel das imagens na construção do real e como meio de análise do mesmo. Alguns filósofos como Gianni Vattimo e Jorge

Larrosa defendem que a realidade seja constantemente refeita pelas práticas sociais e discursivas em disputa, o que inclui as imagens. No âmbito da geografia, Yves Lacoste já destacava na década de 1970 que não havia mais somente a geografia dos professores, mas também aquela que veiculam a televisão, o cinema, os cartazes, e os jornais. (OLIVEIRA JR, 2009).

No entanto, Oliveira Jr (2009) chega a considerar as imagens não somente como signos de uma linguagem – práticas discursivas, mas também enquanto objetos do mundo e da cultura, realidades em si mesmas que fazem com que os indivíduos olhem o mundo como elas o apresentam. Pensando com Deleuze, o autor julga que o cinema (e as imagens em geral) mais do que reproduzir as condições de percepção da realidade, alteram-nas, reconstrói o real. Um sentido atrelado também, de certo modo, à concepção política do cinema há pouco tratada. Em suas palavras:

“Ao grafar o espaço sob diferentes perspectivas, essas imagens desejam que miremos o espaço sob a perspectiva que elas nos dão dele. Buscam gestar e perpetuar uma maneira de imaginar o espaço. Nessa busca, elas também estão produzindo formas não só de imaginar o real, mas também de percebê-lo e concebê-lo. Elas nos educam o olho para ver sob determinada maneira e nessa esteira vão produzindo nossas memórias e as formas da nossa imaginação do real”. (Ibidem, p. 20).

Da relação entre cinema e geografia, em específico, surgem as chamadas “geografias de cinema” que seriam frutos dos estudos da dimensão espacial dos filmes ou dos pensamentos acerca do espaço que eles propõem. Consoante Oliveira Jr (2005), ao mesmo tempo que não haveria o que se retirar dessas imagens, elas não são produções apenas subjetivas e imaginativas. As geografias de cinema devem estar nos filmes, ter sido produzidas por eles. “A ideia das geografias de cinema é de que somos nós que ‘colocamos’ nas imagens e sons os sentidos (...) estes sentidos colocados por nós nas imagens e sons fílmicos nos são ‘tomados’ pelas e com estas imagens e sons.” (p. 28).

E acrescenta:

“o conhecimento acerca das coisas se dá não propriamente nelas, mas no encontro entre elas e o que existe em nós, que as imagens e sons fílmicos ‘sugam’/mobilizam certas memórias em seu ‘entendimento’, e ao mesmo tempo que o faz cria, em imagens e sons, memórias do mundo e da existência.” (OLIVEIRA JR, 2005, p. 29).

Dessa maneira, não se deve ver o que de geografia haveria nos filmes, mas quais geografias eles dão existência por meio de imagens e sons, uma vez que as geografias de cinema são capazes de inventar novas interpretações para a realidade. “O território do filme é elaborado pela geografia nele entrevista, encontrada, descrita, imaginada...” (p. 30). Neste sentido que nos indagaremos mais a diante sobre quais geografias o Cinema Novo dá existência ou contribui para que se perpetue.

Apreende-se, assim, que apesar de a produção do espaço expressar correntemente determinações econômicas, ela expressa também outros condicionantes manifestos na tradição, na simbologia, que realizam a valorização subjetiva do espaço e, por conseguinte, manifestam a consciência do espaço. (MORAES, 1988). Logo, os discursos sobre os lugares, como os ficcionais, são reveladores dessa consciência do espaço que trata Moraes (1988), além de serem elementos ativos para a transformação do mesmo.

Em virtude desses aspectos nota-se que as imagens são instrumentos integrantes do processo de produção dos espaços e, em certo ponto, gestam suas formas e mediam as práticas que se desenvolvem nos mesmos por meio de sua capacidade de produção de memórias e formas de percepção singulares. Assim, ao se criar imagens do espaço, se estaria grafando um pensamento espacial, uma geografia, tendo em mente que a imagem do espaço não é o espaço em si, mas uma ação sobre ele que cria um pensamento espacial. (OLIVEIRA, 2009).

Porém, a concepção mais recorrente é a das imagens como meras representações, que advém do que Oliveira Jr. (2009) atesta como “uma aura de verdade irrefutável”¹⁸ que elas possuem na cultura contemporânea, pois são as formas de arte que têm maior verossimilhança com o real, levando as pessoas,

¹⁸ Ibidem, p. 21

muitas das vezes, a duvidarem das informações dadas acerca das imagens do que das próprias imagens, isto é, do conteúdo visualizado, mesmo quando nitidamente ficcional. É uma substituição da coisa por sua aparição imagética. Por isso defende que

“Enquanto uma imagem for somente identificada com os índices visuais nela presentes (como uma representação), ela não conseguirá ser tomada como uma obra em si mesma, uma versão de mundo que diz do mundo no qual se insere, uma grafia deste mundo que é, sobretudo, um gesto na cultura.” (OLIVEIRA JR, 2009, p. 22).

Neste sentido que Gilles Deleuze afirma que as imagens possuem, além de tudo, uma potência “subjativadora” e criadora de pensamento. (OLIVEIRA JR, 2009). Para o filósofo francês e seu colega em muitas produções, Félix Guattari, toda arte é um conceito (conceitual), um afecto (uma afeição) e um percepto (campo da percepção), o que significa dizer que é uma forma de pensamento que se pode extrair e pensar conceitos e não somente afectos e perceptos, como no senso comum. Assim, as imagens não seriam meras reproduções da realidade, mas pontos de vista a partir dos interesses e instrumentos utilizados. Nos termos da dupla, as imagens constituem-se em conceitos e concepções, afetam de diferentes maneiras, são transfigurações da experiência, agenciamentos, construtoras de sentidos. (DELEUZE & GUATTARI, 2010).

Em seus livros sobre a sétima arte – “Imagem-movimento” e “Imagem-tempo”, Deleuze criou a tese de que o cinema é uma forma de pensamento, mas uma forma de pensamento por imagens. O cinema pensaria através de imagens-movimento (cinema clássico) e imagens-tempo (cinema moderno), conceitos base de sua classificação das imagens cinematográficas, oriundos dos conceitos filosóficos de imagem, tempo e movimento em Henri Bergson. (MACHADO, 2009). O que diferencia os dois tipos de imagem

“(…) fundamentalmente é sua relação com o tempo: enquanto a imagem-movimento dá uma representação indireta do tempo, isto é, mostra o tempo através do movimento, representa o curso empírico do tempo, a imagem-tempo apresenta o tempo diretamente, dá uma apresentação direta do tempo, uma

apresentação do tempo puro, livre do movimento.” (MACHADO, 2009, p. 236).

Na distinção entre o cinema clássico e o cinema moderno, Deleuze realiza algumas reflexões com dimensão política acerca da relação entre cinema e povo. Para o filósofo francês, no cinema clássico há a manutenção das fronteiras do político ou social e do privado, ao passo que no cinema moderno essas instâncias se confundem, trata-se de um cinema de agitação que coloca tudo em transe – o povo, os senhores e a própria câmera, introduzindo o privado no político e o político no privado, o que é muito presente nos filmes do Cinema Novo, por exemplo. (Ibidem).

Outro apontamento de Deleuze é o de que o povo está presente no cinema clássico, mesmo quando oprimido ou submetido, enquanto que no cinema moderno, devido a decadência do povo americano, ao nazismo e ao stalinismo, o povo não existe, falta o povo, o que seria ainda mais evidente no “Terceiro Mundo”, onde as nações permanecem exploradas, em crise de identidade coletiva. Questão que funda o cinema terceiro mundista para o autor. (Ibidem).

Temática que concernia enormemente também Glauber Rocha em sua perspectiva radical sobre cinema, como veremos a diante. Assim como o cineasta baiano, Deleuze também considerava o cinema como a arte de massa que poderia ser por excelência a arte revolucionária e democrática, que faria do povo um verdadeiro sujeito. Logo, o cinema poderia contribuir para a invenção e criação de um povo, de um povo por vir: “No momento em que o senhor, o colonizador, proclama ‘nunca houve povo aqui’, o povo que falta é um devir, ele se inventa, nas favelas e nos campos, ou nos guetos, com novas condições de luta, para as quais uma arte necessariamente política tem de contribuir.” (Ibidem, p. 276).

II.III. PANORAMA DO CINEMA NOVO BRASILEIRO

No Brasil o cinema já nasce subdesenvolvido, como assegura Salles Gomes (1996): “em troca do café que exportava, o Brasil importava até palito e

era normal que importasse também o entretenimento fabricado nos grandes centros da Europa e da América do Norte.” (p. 11). E indo mais além, o autor afirma que assim como o próprio país, o cinema nunca deixou de ser subdesenvolvido.

Apesar de ter chegado cedo da Europa após sua invenção, o cinema não apresentava condições de reprodução em massa em território nacional devido à falta de energia elétrica e infraestrutura em muitos locais, exceto na capital, Rio de Janeiro. Além do mais, anos mais tarde, na tentativa de criação de uma produção cinematográfica brasileira notava-se um quadro técnico, artístico e comercial majoritariamente composto por estrangeiros, em especial italianos, o que permaneceria por muito tempo. (SALLES GOMES, 1996).

Para o grande crítico de cinema brasileiro Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), um traço curioso no fenômeno do subdesenvolvimento em seus diversos âmbitos é o que chama de “arrivismo”

“(…) a tonalidade especial que pode assumir o anseio de ascensão individual no *status quo* da sociedade. A afirmação dos aspectos exteriores da riqueza e do poder, isto é, o arrivismo, pode coexistir ou ser totalmente substituída pela vivência de sentimentos fantasiosos atribuídos à elite, nostalgia, pessimismo e gosto pela decadência, enfocados na mais total ausência de senso crítico e de humor.” (Ibidem, p. 16).

De acordo com a sistematização que o autor realizou sobre a história do cinema brasileiro, anos antes da Segunda Guerra Mundial a produção cinematográfica nacional era quase exclusivamente carioca. Isso acontecia devido à fundação da Companhia Atlântida que aliada aos interesses industriais e comerciais da época fez surgir as famosas chanchadas, caracterizadas pela falta de cuidado em suas produções às pressas e pela aposta em personagens grotescos como centro de gravidade, o gênero que perduraria como maior sucesso do cinema nacional por mais de quinze anos.

Já os anos 50 assinalaram São Paulo no cenário cinematográfico brasileiro com a criação da Companhia Vera Cruz e iniciativas como Maristela e a Multifilmes, devido o interesse da indústria paulista – a mais avançada na

produtividade nacional, no campo do cinema. As produções de São Paulo almejavam se afastar de tudo que fora produzido até então, renegando as chanchadas e propondo melhorias nos quadros técnico e artístico, o que de fato foi alcançado. Contudo, os diretores desses filmes, em sua maioria estrangeiros, não deixaram marcas no cinema nacional. Contraditoriamente, o sucesso paulista mais duradouro aconteceu com as chanchadas de Amácio Mazzaroppi. (SALLES GOMES, 1996).

Entre 1954 e 1959 dois realizadores se destacaram fora do cenário burlesco, através de produções com intenções artísticas, Nelson Pereira dos Santos e Walter Hugo Khouri, sendo que o primeiro passaria a ter grande influência nas produções da década seguinte. Em seu filme “Rio 40 graus”, de 1954, trouxe pioneiramente temáticas brasileiras às telas e um estilo livre de filmar – semidocumental, por meio de inspirações do movimento neorrealista italiano¹⁹, sem, contudo, se confundir com o mesmo, produzindo algo original e profundamente nacional. (SALLES GOMES, 1996; RAMOS, 2000).

Diante desse panorama, Salles Gomes (1996) defendia a perspectiva de superação do atraso, pois julgava que o cinema brasileiro era colonizado e não tinha condições de superar tal situação sem um enfrentamento real da mesma. No entanto, considerava que “em cinema o subdesenvolvimento não é uma etapa, um estágio, mas um estado” (p. 85), o que significa dizer que é uma questão permanente e estrutural, não que seja impossível superá-la, mas é impossível fugir dela. Em sua visão, a primeira tentativa de transpor tal condição no cinema só ocorreu no final da década de 1950 e início dos anos 60 com um grupo de jovens desconhecidos que provocaram uma reviravolta no cenário cinematográfico brasileiro, os integrantes do Cinema Novo.

¹⁹ O Neorrealismo italiano surgiu nos idos dos anos 1940, um movimento que influenciou definitivamente os rumos do cinema, tinha como mote levar para as telas o modo de vida precário e invisibilizado da classe trabalhadora italiana. Eram filmes produzidos com poucos recursos e, na maioria das vezes, com artistas não profissionais, o que dava um caráter muito particular de verossimilhança às obras. A maioria dos filmes desse movimento tratava de temas como a devastação econômica e social da Itália do pós-Segunda Guerra Mundial. Os filmes neorrealistas captavam a mudança de mentalidade dos italianos frente a precariedade das suas condições de vida, retratando o desespero, a opressão e a desigualdade que eles enfrentavam, inclusive dispondo de recursos cinematográficos para expressá-los.

O Cinema Novo tem seu surgimento advindo de diversos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que modelaram o século XX não apenas no Brasil. A princípio, o movimento situa-se no final da 4ª República, que começou em 1946 com o fim do Estado Novo e terminou com a ditadura civil-militar de 1964, intervalo que perpassa também os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Este período é marcado pela modernização do Estado brasileiro, sua conseqüente abertura ao capital estrangeiro e investimentos dantescos no setor de infraestrutura, processos os quais trouxeram inúmeras conseqüências sociais.

Outra característica marcante da época foi o avanço institucional da esquerda, sublinhado pela eleição de João Goulart à presidência, além de experiências anteriores em governos estaduais, como no Rio Grande do Sul com Leonel Brizola e em Pernambuco com Miguel Arraes. Fora do âmbito institucional houveram importantes movimentos sociais à esquerda no início dos anos 60 tanto na cidade quanto no campo, como as “Ligas Camponesas” em Pernambuco e na Paraíba, questionando as estruturas fundiárias destes estados, e um grande avanço da organização dos movimentos sindicais e estudantis – atores políticos centrais no período.

Por um lado, havia um horizonte revolucionário e reformista alimentado pelo cenário político internacional devido a experiências de libertação nacional ou revolução social em vários países, como a Revolução chinesa de 1949, a Revolução boliviana de 1952, a Revolução cubana de 1959, e a independência da Argélia em 1962, para citar alguns exemplos. Do outro, havia organizações e movimentos políticos que possuíam vínculos estreitos com o quadro ideológico do populismo nacional-desenvolvimentista vigente no pós-guerra. Ramos (2000) afirma que na contradição dessas duas vertentes que surge o Cinema Novo.

O Cinema Novo foi um movimento artístico, político e cinematográfico brasileiro que buscou redefinir a produção cinematográfica nacional tanto do ponto de vista do conteúdo como também dos aspectos formais. A grosso modo, propunha reinventar a tradição cinematográfica do Brasil por meio da representação da condição nacional de miséria, fome, desigualdades e de lutas sociais, através de um antirrealismo que faz grande uso de alegorias, mitologias e simbolismos, além de imagens marcadas pela baixa qualidade técnica e pelo

envolvimento com a realidade social de um país subdesenvolvido, assim, contrapondo-se frontalmente às chanchadas e ao cinema industrial paulista.

Pode-se dizer que o movimento do Cinema Novo foi uma transformação histórica concreta da razão vigente, pois para que não caísse em um criticismo vago, os símbolos e signos em suas produções não são meras abstrações, mas representações diretas da cultura popular sobre/e a partir do povo.

O baiano Glauber Rocha (1939-1981) foi o cineasta brasileiro mais conhecido e premiado internacionalmente na história e a principal figura e porta-voz ideológico do movimento do Cinema Novo – o movimento mais marcante na cinematografia brasileira até o presente, de acordo com Salles Gomes (1996, p. 81), “(...) engloba de forma pouco discriminada tudo o que se fez de melhor – em matéria de ficção ou documentário – no moderno cinema brasileiro.”

O movimento do Cinema Novo era composto por cineastas de origens distintas, mas que teve início notadamente no Rio de Janeiro e, de certo modo, centrado na figura de Glauber Rocha. Segundo Ramos (2000, p. 1), “Corria, na época, uma piada nos bares cariocas frequentados por cineastas: a de que o Cinema Novo era Glauber Rocha no Rio de Janeiro.” Além do cineasta baiano, dentre os diversos integrantes do movimento estavam Paulo César Sarraceni, Joaquim Pedro de Andrade, Carlos Diegues (conhecido como Cacá Diegues), Ruy Guerra, Leon Hirzman, Walter Lima Júnior, entre outros. Nelson Pereira dos Santos, já mencionado anteriormente, tem uma posição peculiar no grupo, pois apesar de claramente ter sido um dos integrantes do Cinema Novo, era de uma geração mais velha, servindo de inspiração e referência ao movimento. (RAMOS, 2000). De qualquer forma, a simbiose entre seus membros marca o movimento, onde uns trabalhavam nos filmes dos outros, numa verdadeira vanguarda.

De modo geral, a deflagração do Cinema Novo ocorreu a partir da exibição de dois documentários que retratavam a miséria e a luta da população pela sobrevivência, “Arraial do Cabo” de Paulo César Sarraceni em 1959, e “Aruanda” do paraibano Linduarte Noronha, durante a Bienal de São Paulo em 1961. Além

disso, o CPC (Centro Popular de Cultura)²⁰ da UNE (União Nacional dos Estudantes) chegou a financiar idealmente alguns filmes como, por exemplo, um conjunto de curtas-metragens de produção coletiva chamado “Cinco vezes favela” de 1962, que delineou o Cinema Novo como grupo e suas principais preocupações estéticas, e também o projeto inicial de “Cabra marcado para morrer” em 1964, que teve suas gravações interrompidas devido ao golpe militar e só foi retomado nos anos 80 por Eduardo Coutinho. (RAMOS, 2000).

No mesmo período, em 1962, teve também o filme “Os Cafajestes” do moçambicano Ruy Guerra, adotado pelo grupo, e um ano antes, em 1961, “Barravento” primeiro longa-metragem de Glauber Rocha, duas produções que já apresentavam os principais dilemas da geração e serviram como pontos de referência a partir dos quais o grupo cinemanovista evoluiria. (Ibidem).

A chamada primeira “trindade” do Cinema Novo é marcada por três filmes, “Vidas Secas” (Nelson Pereira dos Santos, 1963), “Os fuzis” (Ruy Guerra, 1963) e “Deus e o Diabo na terra do sol” (Glauber Rocha, 1963), caracterizados por três principais questões: a teleologia revolucionária – a reforma ou a revolução no horizonte político e cultural do país; mandato do intelectual – o intelectual fala em lugar do povo brasileiro; e a centralidade do sertão – emblema do atraso brasileiro. (Ibidem)

Esta tríade canônica permitiu a consolidação do Cinema Novo no campo cinematográfico brasileiro. Os três filmes em questão foram realizados no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964, contexto de ampla politização que não deixou de marcar essa produção. Esse conjunto de filmes passa uma imagem realista do Nordeste por meio de uma fotografia estourada, com personagens e elementos fílmicos enquanto alegorias – o misticismo religioso, o coronelismo, a rebeldia popular e o cangaço. (RAMOS, 2000; CARVALHO, 2006).

O otimismo do governo João Goulart rapidamente se esvaiu com o golpe de 1964 e realizadores do Cinema Novo passaram à revisão autocrítica do projeto nacional-popular derrotado. A segunda tríade do movimento é composta

²⁰ Os CPCs eram caracterizados como núcleos de produção cultural nos anos 60, em especial teatro e música, nos quais surgiram grandes nomes da cultura popular brasileira.

por: “O desafio” (Paulo César Sarraceni, 1965), “Terra em transe” (Glauber Rocha, 1967) e “O bravo guerreiro” (Gustavo Dahl, 1968). Nesta fase, o ruralismo é substituído pelo espaço urbano. Tais filmes tematizaram dilemas internos de seus realizadores, refletindo amargamente sobre o papel do intelectual engajado nos erros que levaram ao golpe. (RAMOS, 2000; CARVALHO, 2006).

Deve-se destacar também o documentário “A opinião pública” (Arnaldo Jabor, 1966), que reflete sobre a experiência da derrota por meio de um mergulho na alienação brasileira (tanto da classe média quanto das classes populares). Apesar de tudo, o contexto é marcado por transformações culturais. Um momento em que o otimismo deu lugar à melancolia e os parâmetros de engajamento artístico foram repensados por novos movimentos de vanguarda em áreas como a canção e o teatro (Tropicalismo, Teatro Oficina, etc.). (RAMOS, 2000; CARVALHO, 2006).

A terceira “trindade” foi marcada por um volume de produção menor em relação as outras fases, devido ao endurecimento da censura. A principal preocupação é “a representação do Brasil” por meio de fortes tons alegóricos (figuras indígenas, fauna, flora, etc.) como forma de pensar o diálogo do país com o estrangeiro e, além disso, o seu processo histórico de desenvolvimento. Nessa fase, os filmes começam a abandonar o estilo de vanguarda ao mesmo tempo que há uma busca pela aproximação com gêneros consolidados do cinema nacional, como, por exemplo, a chanchada. Ao adotar um tom burlesco, de “zombaria”, que provoca risos por sua extravagância e desespero. (RAMOS, 2000; CARVALHO, 2006).

Os três principais filmes são “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” (Glauber Rocha, 1969), “Os Herdeiros” (Cacá Diegues, 1969) e “Os Deuses e os Mortos” (Ruy Guerra, 1970). Contudo, houve também outros filmes que se destacam nessa linha alegórica do desespero, como “Brasil ano 2000” (Walter Lima Jr. 1968), “Macunaíma” (Joaquim Pedro de Andrade, 1969) – o mais destoante do quadro geral e destacado no tom de comédia e deboche, e “Pindorama” (Arnaldo Jabor, 1971). (RAMOS, 2000).

Esses três períodos do Cinema Novo possuem distintos discursos ideológicos e obras marcantes, mas com traços comuns entre si, o que torna

possível relacioná-los, caracterizando-se, na realidade, apenas como um quadro esquemático para maior inteligibilidade do movimento em meio a cada contexto particular. Nesta sistematização pode-se perceber a unidade em meio a diversidade, que marcou o movimento cinemanovista. (RAMOS, 2000).

O lema de Glauber Rocha – “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, revelava a característica de precariedade de equipamentos, mas a total liberdade de criação dentro do movimento e um caráter reflexivo muito presente, além disso, sintetizava a experiência inovadora do movimento cinemanovista, que introduziu no Brasil não apenas um universo ficcional a partir de temáticas populares, mas também uma maneira nova de filmar – a câmera colocada na rua e o povo representando. (Ibidem).

Sabe-se que o Cinema Novo teve diversas influências, como o movimento neorrealista italiano (com sua lógica reflexiva em que o cinema passa a se pensar; o tom documental; a câmera que registra e não disseca; uso de locações reais; a atenção aos marginalizados socialmente e uma abordagem politicamente engajada), os novos equipamentos que permitiram a aparição do “direct cinema” e do “cinéma vérité”, além da Nouvelle Vague francesa²¹ (com suas quebras de regras e reinvenção formal; a formação em cineclubes na crítica cinematográfica; e a linguagem opaca), e da montagem soviética de Eisenstein. (RAMOS, 2000; CARVALHO, 2006).

Porém, Glauber destacava que tais movimentos não eram suficientes, “tinham muito cinema e pouca política”. Em seu livro “Revisão crítica do cinema brasileiro”, 1963, o cineasta baiano propunha a criação de um cinema novo que fosse revolucionário, capaz de mudança social e política, criando uma nova tradição e linguagem cinematográfica que fosse essencialmente brasileira e tematizasse seus problemas, provocando uma conscientização e uma pedagogia das massas que levasse a mudanças concretas através da arte.

²¹ Movimento do cinema francês inserido no cenário contestatório dos anos 60, período em que grandes críticos de cinema se tornaram cineastas, como François Truffaut e Jean-Luc Godard, propagando o chamado “cinema de autor” – em que um gênio criativo, único, é o responsável pela concepção do filme, ideia que será negada pelo Cinema Novo, marcado por produções coletivas.

Em seu depoimento no documentário de seu filho, Eryk Rocha, Glauber Rocha declara que existia no Brasil uma colonização cultural sobre as produções dos intelectuais nos anos de 1960. Segundo ele, usava-se a razão burguesa (a linguagem colonizadora) como instrumento de ação para investigar a realidade, o que se devia ao fato de não ter havido uma revolução social e política no país que criasse uma racionalidade nova. Dessa forma, o cinema brasileiro buscava independência na produção cultural, afastando-se das influências que ele nomeia de “imperialistas”, tratando diretamente dos problemas sociais, políticos e culturais latino-americanos e brasileiros. (ROCHA, 2002).

Assim como ocorreu com movimentos cinematográficos de vanguarda em outras partes do mundo, como o Neorrealismo italiano e a Nouvelle Vague francesa, entre outros, o Cinema Novo também durou pouco tempo. Com o recrudescimento da ditadura militar, ainda na década de 1970, os filmes cinemanovistas sofreram cada vez mais com a censura e alguns de seus principais cineastas partiram para o exílio, como Cacá Diegues e Glauber Rocha, por exemplo.

Essa situação fez com que os realizadores cinemanovistas buscassem legitimação no exterior, levando seus filmes para festivais internacionais, sobretudo, na Europa. Interessante observar que esse movimento para fora resultará em muito prestígio internacional, atestado com diversas premiações, mas que não passava de um modo de compensar o fracasso de bilheteria de seus filmes em território nacional – sucessos de crítica que não conquistaram o público. De qualquer maneira, o Cinema Novo consolidou um modelo de cinema nacional, que perpassou e ainda perpassa a produção cinematográfica brasileira, além também da latino-americana sob o rótulo de “Terceiro Cinema”, evidenciando sua posição em um movimento ainda maior.

III. O CINEMA NOVO DE GLAUBER ROCHA E A GEOGRAFIA DA FOME DE JOSUÉ DE CASTRO, UM DIÁLOGO NO SUBDESENVOLVIMENTO

A escolha por Glauber Rocha e Josué de Castro partiu do entendimento de uma conexão e interação evidente que existiria entre suas produções e preocupações, num primeiro momento, visto que a fome é o denominador comum e o pano de fundo que perpassa os trabalhos de ambos.

Como já tratado nesta pesquisa, a fome é a expressão mais severa e notória do fenômeno do subdesenvolvimento, a qual foi denunciada e exposta ao Brasil e ao mundo veementemente pelos dois intelectuais nordestinos. Enquanto Glauber se utilizou das imagens em movimento combinadas aos sons, criando uma estética da fome, e como visto, uma geografia também, Josué partiu da ciência, do método geográfico como instrumental para a compreensão das múltiplas expressões da fome, e para a proposição de intervenções estruturais.

Dentre as diversas formas de arte, o cinema foi um grande denunciante do subdesenvolvimento, sendo o Cinema Novo seu maior denunciante em território nacional. Como pontua Ramos (2000), Glauber Rocha em seu manifesto intitulado “Uma Estética da fome” – apresentado na Itália em 1965, um ano após a exibição de “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, criticou a representação idealizada da miséria e propôs a agressividade como forma estética para significar a realidade da fome, visto que considerava que a violência era o elemento que forjava o território nacional. Deste modo, passou a deslocar a temática do universo cinematográfico clássico para manifestá-la por meio de uma linguagem própria que provocava o incômodo e a desalienação do espectador.

Para Glauber, a originalidade do Cinema Novo era justamente a fome e seu alto nível de compromisso com a verdade, com o “miserabilismo” brasileiro (ROCHA, 2013), o que tem enorme conexão com Josué, que considerava a fome enquanto o próprio processo de desenvolvimento brasileiro (MAGALHÃES, 1997). Pode-se dizer então, atentando-se para possíveis anacronismos, que os dois intelectuais consideravam o que dissesse respeito ao “Brasil profundo” – Nordeste (principal objeto das produções de ambos) e Amazônia, e não as visões hegemônicas que legitimavam São Paulo como o centro industrial, e Rio de Janeiro como o centro cosmopolita e propagavam esses dois estados como se fossem a totalidade da nação à época, escamoteando a diferenciação regional premente.

Glauber tem a estética de seus filmes marcada por grandes clássicos da literatura, como “Grande Sertão: Veredas” (1956) de Guimarães Rosa, e “Os Sertões” (1902) de Euclides da Cunha, dentre outros, como alguns romances de 30. Além do pensamento de intelectuais de sua época, como de Celso Furtado e do próprio Josué de Castro, amplamente comentados neste estudo.

Assim como Josué, Glauber também pontuava o processo histórico e socioeconômico de formação do território brasileiro como causa fundante do subdesenvolvimento nacional, uma visão estrutural e sociológica do fenômeno como vimos no primeiro capítulo. Dessa maneira, fornecem acentuado destaque ao processo de colonização pelo qual o Brasil foi submetido, e por isso compartilham da opinião de que os EUA e as potências europeias em seus projetos de dominação imperialista são os maiores inimigos dos países pobres e subdesenvolvidos.

Como alertava o grande intelectual martinicano Frantz Fanon²², as populações dos países subdesenvolvidos são os “danados da terra”, pouco a pouco levados a ter, consciente ou inconscientemente, como referência as formas de vida e de consumo dos países desenvolvidos, numa profunda alienação. Devido a isso, os incitava a rejeitar a Europa, a América do Norte e toda sua cultura: “As realizações europeias, a técnica europeia, o estilo europeu devem deixar de nos tentar e nos desequilibrar.” (FANON, 1961, p. 242, apud LACOSTE, 1978, p. 20).

Além desse fator estrangeiro e dos modelos arcaicos de produção, como o latifúndio monocultor e a exportação de produtos primários, outro entrave ao desenvolvimento evidenciado por Josué e Glauber foi a complacência da elite nacional para com a exploração, obstinadas a manter seu *status quo*.

“(…) O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo. É dirigir a nossa economia tendo como meta

²² De acordo com Irma Silva (2018), Fanon exerceu grande influência sobre o pensamento de Glauber Rocha, sendo seu manifesto estético uma referência direta à obra “Os Condenados da Terra” e ao método fanoniano de estética da violência – única forma de expressão possível do colonizado frente ao colonizador.

o bem-estar social da coletividade. Só assim teremos um verdadeiro desenvolvimento econômico que nos emancipe de todas as formas de servidão. Da servidão às forças econômicas externas que durante anos procuraram entorpecer o nosso progresso social e da servidão interna à fome e à miséria que entravaram sempre o crescimento de nossa riqueza.” (CASTRO, 1984, p. 305).

Todos esses aspectos e o que objetivava o movimento do Cinema Novo dialogam diretamente com o que aponta mais recentemente Moraes (2000), através da geografia, sobre a condição brasileira na escala-mundo ao longo de toda sua história:

“A condição periférica marca profundamente a história brasileira em todas as suas dimensões. Seja no plano econômico, político ou cultural observa-se características advindas de tal condição, que melhor se traduz na periódica necessidade de ajustes internos para adequar o país a padrões e ritmos desenvolvidos no centro da economia-mundo capitalista. Esse caráter reativo manifesta-se como condicionante histórico também no campo das ideias e mentalidades, gerando uma cultura erudita que tem seus estilos e conteúdos definidos no exterior. A busca de legitimação pela adoção de modelos gerados noutros contextos ocasiona certo descolamento entre o mundo das ideias e a vida prática brasileiras (...) enfim, a cada onda modernizante no país corresponde a importação de novas teorias do centro pela intelectualidade mimética da periferia, que nesse processo realiza também o seu ajuste de mentalidade.” (MORAES, 2000, p. 16)

Apesar das inúmeras relações e interações que podem ser estabelecidas entre as produções de Glauber e Josué, há muitas diferenças que merecem relevo, sobretudo, políticas e filosóficas. Josué tem seu pensamento muito marcado pela perspectiva nacional desenvolvimentista de sua época, tendo chegado inclusive a apoiar os governos de Getúlio Vargas e posteriormente de Juscelino Kubitschek, o que de acordo com Magalhães (1997) é evidenciado em “Geografia da Fome” e pela sua entrada na política partidária em 1950, candidatando-se a deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em Pernambuco.

Além do mais, Castro tinha um viés mais humanista e universalizante, sua visão sobre a reforma agrária, por exemplo, mostra-se diferente da concepção

de esquerda, o autor não propunha uma redistribuição igualitária de terras entre toda a população rural por meio da despossessão dos latifundiários, mas sim melhores condições de trabalho e relações de produção através de um estatuto legal, visando o “bem da coletividade”.

Outro ponto interessante de suas visões de superação do atraso é quanto à revolução. Segundo Magalhães (1997), Josué de Castro não percebia a população enquanto agente capaz de mudar a estrutura econômico-social brasileira justamente devido à fome, como evidenciado na seguinte passagem:

“A fome leva mais longe seus efeitos destrutivos, corroendo a alma da raça, a fibra dos pioneiros lutadores que conseguiram de início vencer a hostilidade do meio geográfico desconhecido, tirando-lhes toda iniciativa, levando-os à apatia e ao conformismo ou à explosão desordenada de rebeldias improdutivas, verdadeiras crises de nervos de populações neurastênicas e avitaminadas.” (CASTRO, 1984, p. 304).

Fica claro nessas colocações a posição do autor quanto aos conflitos que, para ele, deveriam ser controlados para a manutenção da homogeneidade e da ordem. A radicalização e até mesmo lutas sociais são recusadas. A mudança seria guiada por valores humanitários e distantes das disputas ideológicas e culturais. A solução do atraso brasileiro viria da transformação da consciência das pessoas. (MAGALHÃES, 1997).

Já Glauber parece bastante radical. Primeiramente, não se dizia intelectual, pois achava que a prática e a figura do intelectual tinham toda uma mistificação, um “ar” burguês, que faltava prática revolucionária em conjunto com a coletividade. (ROCHA, 2002). De qualquer modo, em seu pioneirismo, podemos dizer que o cineasta baiano antecipou em suas teses o que temos hoje em dia enquanto uma teoria crítica ou de(s)colonial brasileira ou latino-americana.

A América Latina tem um papel muito importante em suas produções, Glauber ressalta uma proposta internacional do movimento do Cinema Novo, que se espalhasse entre os países latino-americanos. Ambicionava um “Cinema Latino-americano” e apostava que esse seria um fenômeno novo e algo muito

importante do ponto de vista político, pois seria o primeiro movimento artístico de unificação cultural/política na América Latina, fortalecendo o mercado latino-americano e livrando-o da ocupação norte-americana, o que estava intimamente ligado a libertação econômica geral dos povos. (ROCHA, 2002).

No que concerne seu modo de pensar, Glauber considerava que toda universalização não passa de um sonho frustrado, “ideal adolescente”, que repete mais do mesmo e leva à esterilidade. Quanto ao humanismo ou “humanitarismo”, como se referia, seria uma espécie de paternalismo e método de compreensão do colonizador para com o colonizado. A fome estaria enraizada na própria “incivilização”. Quanto à política partidária, não a via como um meio benéfico ou capaz de superação da fome, o que enfatiza em seu manifesto ao dizer que “a fome não será curada pelos planos de gabinete.” (ROCHA, 2013, p. 3).

Ademais, Glauber não era contrário à violência, nem em sua forma estética:

“(…) somente uma cultura da fome, minando suas próprias estruturas, pode superar-se qualitativamente: a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência. A mendicância, tradição que se implantou com a redentora piedade colonialista, tem sido uma das causadoras de mistificação política e de ufanista mentira cultural.” (ROCHA, 2013, p. 3).

Nem por sua forma material:

Pelo Cinema Novo: o comportamento exato de um faminto é a violência, e a violência de um faminto não é primitivismo. (...) De uma moral: essa violência, contudo, não está incorporada ao ódio, como também não diríamos que está ligada ao velho humanismo colonizador. O amor que esta violência encerra é tão brutal quanto a própria violência, porque não é um amor de complacência ou de contemplação mas um amor de ação e transformação. (ROCHA, 2013, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que essa pesquisa abre caminhos para inúmeras outras investigações que podem se desdobrar a partir dos mesmos objetos de análise, o Cinema Novo e a Geografia da Fome. Investigações que visem pensar como

o cinema pensa o território, como os filmes influenciam na criação dos espaços, como a cultura e a identidade participam da construção material da realidade, etc.

Além disso, existem conceitos e categorias na ciência geográfica, como região e território, que são os que menos foram desenvolvidos pelos geógrafos que utilizam o Cinema como base para criação de problemáticas de pesquisa. Sem contar que, como argumentam Moraes (1988) e Castro (1984), há uma complexificação das fontes teóricas ao buscarmos novos parâmetros para a pesquisa no campo da geografia disciplinar, podendo estes parâmetros estarem em outros campos do conhecimento.

Apesar do conhecimento produzido pelo movimento do Cinema Novo não se configurar como um saber estritamente popular, tampouco é um saber erudito, registrado por padrões hegemônicos ou normas que legitimam e qualificam suas produções. Dessa forma, consoante Moraes (2000), discutir o discurso geográfico enquanto ciência é restritivo, não considera o que ele chama de “as geografias espontâneas do cotidiano”, como os mitos, os saberes populares, as produções artísticas ou os filmes, no caso dessa pesquisa.

Consideramos a cinematografia como uma totalidade em aberto, capaz de criar novos significados e interpretações à realidade de forma crítica e engajada, como o fez o movimento cinemanovista. Assim, uma obra cinematográfica pode proporcionar reflexões sobre o mundo e a sociedade, funcionando como um instrumento hermenêutico, que possui uma maneira própria de pensar pelas imagens em movimento juntamente aos sons.

Dessa forma, foi crucial abordar o papel pioneiro do Cinema Novo (como um todo) na denúncia do subdesenvolvimento e na formação de um pensamento político, ético, artístico e cinematográfico desde baixo, do Sul global, de(s)colonial, assim como fizeram outros movimentos artísticos brasileiros à época.

O cinema é história, arte, entretenimento, indústria, meio de expressão, de construção, de comunicação e manifestação da sociedade. Os filmes contam histórias, fazem história e são parte da história, portanto, são patrimônio também. Não existe história sem produção, não existe história sem memória, não existem

civilizações sem imagens. Preservar a memória é uma ação estratégica de desenvolvimento de uma nação. Um país sem memória é um país sem identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. “A linguagem da antipolítica”. A terra é redonda, 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-linguagem-da-antipolitica/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BAZIN, André. “O que é o cinema?”. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro, apresentação e apêndice Ismail Xavier. Ubu Editora, 2018.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Organização e apresentação Márcio Seligmann-Silva. Tradução Gabriel Valladão Silva. - 1. ed. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CARVALHO, Maria do Socorro. “Cinema Novo Brasileiro”. In: História do Cinema Mundial. Fernando Mascarello (org.). Campinas – Sp: Papyrus, 2006. p. 289-309. (Coleção Campo Imagético).

CASTRO, Josué de. “Geopolítica da Fome”. 3.ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CASTRO, Josué de. “Geografia da Fome – O dilema brasileiro: pão ou aço”. [1946] **Clássicos das Ciências Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: 10ª edição revista Antares, 1984.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “**O que é a filosofia?**”. Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Coleção TRANS, 3ªed., Editora 34, 2010.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. "Geografia e Cinema: a releitura dos conceitos de espaço, paisagem e lugar a partir das imagens em movimento". *Ateliê Geográfico*, Goiânia – GO, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 272-297.

FURTADO, Celso. "A Fantasia Organizada". **Coleção Estudos brasileiros**; v. 89. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALEANO, Eduardo. "As veias abertas da América Latina". Tradução de Sergio Franco. – Porto Alegre, RS: Coleção L&PM, 2019.

IHU. "Celso Furtado: 100 anos do paraibano que mudou a economia". Instituto Humanitas Unisinos, Revista online, 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601342-celso-furtado-100-anos-do-paraibano-que-mudou-a-economia>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

LACOSTE, Yves. "Geografia do Subdesenvolvimento". Tradução de T. Santos do original francês (*Géographie du sous-développement*, v.2 da coleção "Magellan", publicada sob a direção de Pierre George. Presses Universitaires de France), Rio de Janeiro - São Paulo: 5ª edição DIFEL, 1978.

MACHADO, Roberto. "Deleuze, a arte e a filosofia". 2ª edição, Coleção Estéticas, Zahar. 2009.

MAGALHÃES, Rosana. *Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. ISBN 978-85-7541-396-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MORAES, Antonio Carlos Robert. "Geografia, História e História da Geografia", **Terra Brasilis** [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado em 21 abril 2020. URL: <http://journals.openedition.org/terrabilis/319>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabilis.319>

MORAES, Antonio Carlos Robert. "Ideologias Geográficas". Ed.Hucitec, São Paulo, 1988.

MOREIRA, Ruy. “O que é geografia”. 2ª edição, Coleção Primeiros Passos, editora brasiliense. 2009.

OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. “O que seriam as geografias de cinema?”. *Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 27-33, 2005.

OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. “Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 17-28, set./dez. 2009.

RAMOS, Fernão Pessoa. “Breve panorama do Cinema Novo”. **Revista Olhar**, ano 02, n. 4, dezembro, 2000. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar4/Fernao_Ramos.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ROCHA, Eryk. “Rocha que voa”. Direção de Eryk Rocha. Rio de Janeiro: Grupo Novo de Cinema e TV, 2002, (94 min). Documentário disponível na mostra *Retrospectiva: os primeiros premiados do festival “É tudo verdade”*, Itaú Cultural, acessado em: março, 2020.

ROCHA, Glauber. “Eztetyka da Fome”. [1965]. *hambre*, sep. 2013. Disponível em: <http://www.tempoglauber.com.br/t_estetica.html>. Acessado em: 05 jul. 2021.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento”. Coleção Leitura, 2ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

SILVA, Irma Maria Viana da. “A Trajetória Artístico-intelectual Glauberiana: Da Estética da Fome à Eztetyka do Sonho”. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 06, n. 14, set-dez 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.418>

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. “Josué de Castro: um autor do legado esquecido?”. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, SP, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação B. “Capitalismo e urbanização”. São Paulo: Contexto, 1988.

VALIM, Alexandre Busko. “Triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o Cinema da Política de boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial”. 1ª edição, Alameda Editorial, abr. 2017.

VASCONCELOS, Francisco de Assis G. de. “Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil”. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2008, v. 24, n. 11 [Acessado 8 Jun 2021], pp. 2710-2717. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100027>>. Epub 06 Nov 2008. ISSN 1678-4464.

XAVIER, Ismail. “Sétima Arte, um culto moderno: o idealismo estético e o cinema”. Edições SESC, 1ª ed. dez. 2017.